



# Anais da Assembleia

N.º 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 14ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1977

#### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Car-valho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Mug-giatti Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Luiz Alberto Oliveira (47); achando-se ausentes os Senhores Depu-tados Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Del Ciel, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Paulo Camargo e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 128/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, dando nova redação ao artigo da Lei número 6258, de 23 de dezembro de 1971, e alterando para Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama, a denominação da entidade sediada nesta cidade. Com parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 130/76.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1977.

#### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Car-valho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Mug-giatti Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Walde-nício Barbalho, Werner Wanderer e Luiz Alberto Oliveira (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Del Ciel, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Paulo Camargo e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

Mensagem número 55/77

Curitiba, 09 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio de 15 de dezembro de 1975, e do respectivo termo aditivo da-tado de 24 de junho de 1976, celebrados entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando esta-belecer normas pertinentes à aplicação de recursos do "Salário Educação", no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 56/77

Curitiba, 09 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura, com os municípios abaixo especificados, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1º grau:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
ANDIRÁ .....	30/08/76
Aditivo .....	31/08/76
APUCARANA .....	30/08/76

Aditivo	31/08/76
ARAPONGAS	04/10/76
Aditivo	05/10/76
ARAUCÁRIA	22/09/76
Aditivo	23/09/76
Aditivo	23/09/76
ASSAÍ	30/09/76
Aditivo	30/09/76
ASSIS CHATEAUBRIAND	27/09/76
Aditivo	28/09/76
BANDEIRANTES	29/09/76
Aditivo	30/09/76
CAMBARÁ	01/09/76
Aditivo	02/09/76
CAMBÊ	18/10/76
Aditivo	19/10/76
CAMPO LARGO	12/08/76
Aditivo	13/08/76
CAMPO MOURÃO	29/09/76
Aditivo	30/09/76
CASCADEL	27/09/76
Aditivo	28/09/76
CASTRO	30/08/76
Aditivo	31/08/76
CIANORTE	30/08/76
Aditivo	31/08/76
CORNÉLIO PROCÓPIO	30/08/76
Aditivo	31/08/76
CRUZEIRO DO OESTE	30/08/76
Aditivo	31/08/76
FOZ DO IGUAÇU	28/09/76
Aditivo	29/09/76
FRANCISCO BELTRÃO	30/08/76
Aditivo	31/08/76
GOIOERÊ	12/08/76
Aditivo	13/08/76
GUAÍRA	01/09/76
Aditivo	02/09/76
GUARAPUAVA	29/09/76
Aditivo	30/09/76
IBAITI	22/09/76
Aditivo	23/09/76
IBIPORÁ	30/08/76
Aditivo	31/08/76
IPORÁ	01/09/76
Aditivo	02/09/76
IRATI	29/09/76
Aditivo	30/09/76
IVAIPORÁ	30/08/76
Aditivo	31/08/76
JACAREZINHO	30/08/76
Aditivo	31/08/76
JANDAIA DO SUL	27/09/76
Aditivo	28/09/76
LAPA	01/09/76
Aditivo	02/09/76
MANDAGUARI	29/09/76
Aditivo	30/09/76
MARIALVA	01/09/76
Aditivo	02/09/76
MARINGÁ	25/10/76
Aditivo	26/10/76
NOVA ESPERANÇA	12/08/76
Aditivo	13/08/76
PARANAGUÁ	02/09/76
Aditivo	03/09/76
PARANAVAÍ	21/09/76
Aditivo	22/09/76

PATO BRANCO	21/09/76
Aditivo	22/09/76
PONTA GROSSA	27/09/76
Aditivo	28/09/76
Aditivo	28/09/76
RIO NEGRO	01/09/76
Aditivo	02/09/76
ROLÂNDIA	29/09/76
Aditivo	30/09/76
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	30/08/76
Aditivo	31/08/76
SÃO MATEUS DO SUL	01/09/76
Aditivo	02/09/76
TELÊMACO BORBA	30/08/76
Aditivo	31/08/76
TOLEDO	12/08/76
Aditivo	13/08/76
Aditivo	22/09/76
UMUARAMA	01/09/76
Aditivo	02/09/76
UNIÃO DA VITÓRIA	01/09/76
Aditivo	02/09/76

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 57/76

Curitiba, 10 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, a área de terreno que especifica, de propriedade do Estado, alturada no município de Palmas.

A medida consubstanciada no Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que visa transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná, o domínio de imóvel já ocupado por aquela Empresa, no qual se acha implantada a nova estação telefônica urbana e interurbana, dotada do Sistema de Discagem Direta à Distância — DDD.

Conforme disposição expressamente contida no anteprojeto de lei em causa, a pretendida transferência será procedida a título de participação por parte do Estado em futuro aumento do capital da TELEPAR, sendo precedida, essa transferência, de avaliação e preenchimento das formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Certo de que o plano de lei ora proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, parte do terreno urbano situado no município de Palmas, de propriedade do Estado, transcrito no Registro de Imóveis daquela Comarca, sob o número 2282, no livro 3-D, fls. 149, parte essa

com a seguinte área, limites e confrontações: 1.248,00 m<sup>2</sup> (mil duzentos e quarenta e oito metros quadrados), medindo 32,00 m para a rua D. Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, por 39,00 m para a rua Capitação Frederico Teixeira Guimarães, terreno de forma regular, confrontando, de um lado, com imóvel de propriedade atribuída a Ernesto Araujo Winckler e, de outro, com a parte restante do mesmo imóvel de propriedade do Estado.

Art. 2º — A transferência de que trata o artigo anterior será procedida a título de participação, por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, após prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas na legislação e normas vigentes.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 58/77

Curitiba, 10 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”, da mesma cidade, havido tal imóvel, pelo Instituto de Assistência ao Menor — IAM, conforme escritura pública de doação, transcrita sob o número 34.046, às fls. 202, do Livro número 3-AI, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

O imóvel cuja doação é proposta através do plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, ingressou, por força da transcrição antes citada, no patrimônio do Instituto de Assistência ao Menor. Entretanto, o IAM não assumiu os encargos de administração do Hospital e Maternidade em questão, isto porque, a Entidade Mantenedora, Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o vem fazendo, desde longa data, com inteira eficiência, dando assim bom atendimento assistencial, no setor, àquela Região.

Em petição dirigida ao órgão competente da Administração, a Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, expondo a necessidade de serem realizadas ampliações no Hospital, para atendimento ainda maior à população local, e, estando disposta a realizar tais melhoramentos, pleiteia que o imóvel lhe seja revertido por doação.

Assim sendo, e tendo em vista as condições expressamente contidas no anexo anteprojeto de lei, para o uso de imóvel em causa, a medida, sem qualquer sombra de dúvida, consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”, da cidade de Contenda, havido pelo Instituto de Assistência ao Menor, por escritura pública de doação, transcrita sob o número de ordem 34.046, às fls. 202, do Livro número 3-AI, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2º — A donatária deverá assumir as seguintes obri-

gações:

a) — Conservar o nome atual de Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”;

b) — destinar a metade das dependências ao Hospital e Maternidade ao atendimento dos doentes pobres e seus internamentos e para fim de maternidade das gestantes pobres;

c) — deverá manter médicos diariamente e entregar a administração do Hospital e Maternidade às Irmãs de Misericórdia;

d) — deverá finalizar as obras do Hospital e equipá-lo.

Art. 3º — O imóvel objeto da doação de que trata esta lei, somente poderá ser utilizado para fins hospitalares, obedecidas as obrigações constantes do artigo 2º, não podendo em qualquer tempo, ser transferido ou alienado a terceiros, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná (IAM), independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 59/77

Curitiba, 10 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa transferir ao patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, os bens que especifica, de propriedade do Estado.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que os bens arrolados para ingressarem no patrimônio da PARANATUR, apresentam, indiscutivelmente, grande interesse turístico e, assim sendo, tal transferência guarda inteira sintonia às disposições do § 3º, do art. 10, da Lei número 5948, de 27 de maio de 1969 (Lei Orgânica da PARANATUR), que expressamente preceituam:

“Para a integralização ou aumento do Capital da Empresa de que trata a presente Lei poderão, mediante lei especial, ser transferidos bens de propriedade do Estado do Paraná, que apresentem interesse turístico”.

Por outro lado, é oportuno destacar que o anteprojeto de lei em causa, além de conter a necessária descrição de cada imóvel, prevê expressamente que a objetivada transferência será precedida de avaliação e preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente à matéria.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, para integralização ou aumento de Capital, mediante escritura pública, os seguintes imóveis:

I — FURNAS: — Parque Estadual de Vila Velha.

Terreno rural, com a área de 59.688,4639 metros quadrados, ou seja 6 hectares aproximadamente, situado no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, conforme transcrição número 17.201 do Livro 3-F. Confronta-se de norte a sul e de leste a oeste com o restante do mesmo imóvel.

II — LAGOA DOURADA: — Parque estadual de Vila Velha.

Terreno rural com área de 106.011,1240 metros quadrados, ou aproximadamente 11 hectares, situado no município de Ponta Grossa, de propriedade do Estado do Paraná, havido por transcrição número 17.201 do Livro 3-F. Confronta-se de norte

a sul e leste a oeste com o restante do imóvel.

III — GRUTA DE CAMPINHOS: — Parque Estadual de Campinhos.

Terreno rural com área de 112.811,1240 metros quadrados, ou aproximadamente 11 hectares, situado no município de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado do Paraná, havido conforme transcrição número 1698 do Livro 3-B. Confronta-se a norte e sul, leste e oeste com o restante do imóvel.

IV — GRUTA DO MONGE: — Parque Estadual do Monge.

TERRENOS: compreendendo três imóveis de propriedade do Estado do Paraná, com as seguintes áreas:

a) — 10.278,00 m<sup>2</sup>, constante da escritura lavrada no Livro número 81-N às fls. 48v do 10º Tabelião de Curitiba. Confronta-se ao norte, leste e sul com terrenos do Estado e a oeste com terras do município da Lapa.

b) — 7.666,00 m<sup>2</sup>, constante da transcrição número 28.178, do Livro 3-A, fls. 15 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa. Confronta-se ao norte com o imóvel de Frida Mayer e ao sul com terreno do município da Lapa.

c) — 16.760,00 m<sup>2</sup>, constante da escritura pública lavrada no Livro 242-N às fls. 64v do 7º Tabelião de Curitiba. Confronta-se ao norte com terrenos do município da Lapa e ao Sul, Leste e Oeste com terrenos do próprio Estado.

Art. 2º — A transferência de que trata a presente lei, será procedida de avaliação dos bens e do preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João MatiuZZi, um dos fundadores de Apucarana, tendo inclusive grande atuação política na construção da vida social de Apucarana.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem depois de ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de congratulações ao Prefeito João Paulino, pela sua eleição à Presidência da Associação dos Municípios do Paraná, bem como aos demais integrantes da diretoria daquela entidade municipalista. Solicita, outrossim, seja registrado, em ata, também, um voto de aplausos ao Prefeito Pinto Dias, e demais componentes de sua diretoria pela atuação eficiente e objetiva que desenvolveram à frente da AMP.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(aa) ROSÁRIO PITELLI

GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

É motivo de satisfação para nós, Deputados Estaduais, saber que o Prefeito João Paulino Vieira Filho, de Maringá, foi eleito ontem, em chapa única, para dirigir os destinos da Associação Paranaense dos Municípios, juntamente com outros Prefeitos, destacando-se o ex-Deputado João Cioni Netto, de Umuarama, além de outros nomes expressivos do municipalismo paranaense.

Os nossos votos, nesta oportunidade, são de que o Prefeito João Paulino e seus companheiros de diretoria, desenvolvam

à frente da Associação dos Municípios do Paraná, uma constante atividade em prol do progresso de nossas comunas interioranas.

Aqui, na Assembléia, nós, os representantes do povo, estamos à disposição dos dirigentes da referida associação, a fim de prestar-lhe o apoio necessário ao progresso municipalista e do Paraná.

Para que conste dos Anais da Casa, juntamos ao presente requerimento, os nomes que compõe a recém-eleita diretoria da AMP:

Para Presidência do Conselho Deliberativo foi eleito o Prefeito de Ivaiporã, Manoel Fernandes da Silva; sendo eleito secretário do pref. Rizo Waschowicz, prefeito de Araucária.

Para Diretoria Executiva foi eleito presidente o Prefeito João Paulino Vieira Filho (Maringá); 1º vice: João Cioni Netto (Umuarama), 2º vice: Luiz Bonatto (Medianeira). Para Secretário Geral foi eleito Acyr Volpato Kit (Quatiguá) e Diogo Emanuel de Almeida (Imbituva).

Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Antônio F. da Costa (Guaratuba), Gilberto F. Brits (União da Vitória), João Batista Arruda (Francisco Beltrão), Ercílio João Dalazem (Paulo Frontin), José Andrade (Palmital) e Odilom Balbinotti (Barbosa Ferraz).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de congratulações ao Governador Jayme Canet Júnior e sua equipe, pela passagem do segundo ano de sua administração.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Transcorre, hoje, auspiciosamente, o segundo ano de administração do Governo Jayme Canet Júnior. No transcorrer dos dois últimos anos, temos acompanhados, dia a dia, a atividade incessante do nosso Governador e sua equipe no sentido de bem administrar o Paraná e atender as aspirações do seu laborioso povo.

Daí a satisfação pela qual nos regozijamos com o transcurso do segundo aniversário do Governo Canet Júnior, formulando votos para que a S. Exa. e sua brilhante equipe, nos próximos anos, isto é, até o término do mandato, prossiga na sua meta de desenvolvimento do Estado e bem estar de sua gente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Presidente da PARANATUR, no sentido de que aquela autoridade estadual, providencie estudos para a viabilidade de construção de vestiários e instalações sanitárias públicas em todas as praias de nosso Estado.

É lamentável, Sr. Presidente, presenciar a falta de atendimento ao público que se desloca nos fins de semana, para nossos balneários. A maior parte desses banhistas não possuem casas no litoral, usufruindo daqueles locais nos fins de semana frequentando Guaratuba, Matinhos, Caiobá, Praia de Leste e outros balneários, mas passar um fim de semana nas atuais circunstâncias, é uma epopéia.

Não existe um só local para trocar de roupa e muito menos instalações sanitárias, sendo que as necessidades fisiológicas são praticadas nas próprias areias o que vem aumentar o perigo de contágio de doenças.

Com o atendimento do presente apelo temos certeza que o problema seria solucionado.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) DOMÍCO SCARAMELLA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, veemente apelo, no sentido de que através daquele órgão estadual, seja dentro do menor prazo possível, firmado convênio com o município de apucarana com a finalidade de propiciar a recuperação das ruas centrais da cidade, que vem sendo constantemente danificada pelo intenso tráfego pesado, dos caminhões que transitam no sentido Londrina-Maringá-Londrina-Curitiba e vice-versa.

Tal apelo, se faz, tendo em vista que, no entender deste Deputado, o DER deve também, juntamente com o município, arcar com as responsabilidades desta recuperação, a qual somente poderá ser efetivada através de um convênio.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, seja encaminhado ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Indústria e Comércio e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República uma solicitação de estudos para ser estabelecido um modo permanente de subsídio à produção de leite, assim como a seu consumo, beneficiando produtores e consumidores.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) RENATO BERNARDI.

**JUSTIFICATIVA:**

Todos os anos, durante a entressafra que corresponde aos meses frios e de menor índice pluviométrico, a população debate-se com o grave problema do sumiço do leite tipo C, principalmente nos grandes centros.

A SUNAB vem de baixar portaria visando diminuir o preço do leite C de Cr\$ 3,10, para Cr\$ 3,00, apenas diminuiu o seu teor de gordura de 3 por cento para 2 por cento.

Quer nos parecer um impasse a solução proposta pela SUNAB, agora em pleno verão chuvoso, com pastagens ricas e abundantes.

Imaginando o que será no inverno, é que levamos à consideração da Casa o presente requerimento.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a esta Presidência com a devida aprovação do Plenário, solicite ao Sr. Secretário dos Transportes, medidas no sentido de executar pavimentação asfáltica entre a cidade de Ivaí a Ipiranga e a Rodovia BR 373, iniciada naquela cidade.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN.

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Ipiranga atravessa atualmente fase de grande progresso com o incremento de vastas áreas de cultivo de soja, trigo, milho, feijão etc.

Lamentavelmente, se ressentido de meios de comunicação para o escoamento de suas safras.

A medida que ora sugerimos, constitui antiga aspiração do povo daquela região e foi reivindicada pelo dinâmico Prefeito municipal de Ipiranga, Sr. Arival Tramontin Ferreira, em recente audiência com o Sr. Governador do Estado, justificando o elevado alcance sócio-econômico que esta estrada representa.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., reiterando solicitação aprovada por esta Casa em junho de 1975, visando a instalação de uma Agência do Banco do Estado do Paraná, na cidade de Florai.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

**JUSTIFICATIVA:**

Apresentamos em junho de 1975, requerimento que mereceu aprovação unânime desta Casa, solicitando a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná na cidade de Florai, município cujo potencial agrícola, o coloca entre os mais pujantes de nosso Estado.

Naquela oportunidade, o expediente mereceu a atenção do Banco, através Ofício DEPLA/ DESEC 783/75 de Primeiro de julho de 1975 - informando a Casa da atenção dispensada à solicitação e que foram tomadas todas as providências para a obtenção de dados sócio-econômicos daquela comunidade, a fim de permitir a avaliação das potencialidades da região, que seriam enviadas ao Banco Central, através de um estudo condensado da viabilidade econômica do projeto, que deveria merecer a competente apreciação daquele órgão oficial.

Informava ainda, referido expediente que o Banco Central vinha se abstendo na concessão de Cartas Patentes, o que impedia o BANESTADO de atender imediatamente a justa reivindicação e que não mediram esforços para a consecução de necessária autorização.

Passado dois anos, é justo que a comunidade de Florai, e mesmo esta Casa, fique informada do andamento do processo.

Principalmente tendo em vista que o ano de 1976, segundo a Mensagem Governamental enviada a esta Casa em primeiro de março último (pág. 75) o BANESTADO inaugurou trinta e três (33) novas agências nos mais diversos municípios paranaenses.

Será que Florai não merece a atenção de nossa principal instituição financeira?

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário; seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Renato Antônio Johnsson, DD. Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações - TELEPAR, solicitando a instalação de postos telefônicos nos distritos de ALVORADA DO OESTE, SEDE ALVORADA, JUVINÓPOLIS e RIO DO SALTO, no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

Fidelcino Tolentino

**JUSTIFICATIVA:**

O distrito de ALVORADA DO OESTE está situado próximo à divisa dos municípios de Cascavel e Capitão Leônidas Marques a 50 km, da sua sede tendo como vizinhos os distritos de Cêro Azul e Cielito, formando uma concentração urbana de grande porte, com aproximadamente seis mil habitantes.

SEDE ALVORADA, por sua vez, fica próximo à divisa de Toledo, circundada por grandes propriedades e apresentando um indeclinável crescimento, principalmente após o asfaltamento da Rodovia Toledo - Cascavel, que corta o povoado.

Quanto a JUVINÓPOLIS e RIO DO SALTO, são igualmente distritos de elevada população e desenvolvimento acentuado.

O primeiro, situa-se às margens da divisa de Capitão Leônidas Marques, mais próximo a Boa Vista da Aparecida

e o último a poucos quilômetros da BR-277, mas ambos distantes da sua sede mais ou menos 45 quilômetros.

Como se pode observar, é enorme a distância que separa esses progressistas distritos das localidades beneficiadas com o rede telefônica, decorrendo daí sérios problemas no âmbito da comunicação.

Assim, imperiosa e urgente a instalação de postos de telefones nos distritos supra mencionados, a fim de que essa falta não lhes venha tolher o expressivo desenvolvimento.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado o ofício ao Exmo. Sr. Euclides Quandt de Oliveira, Ministro do Estado das Comunicações; ao Exmo. Sr. Maurício Rangel Reis, Ministro de Estado do Interior, como também do Exmo. Sr. André Luiz dos Santos, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando providências urgentes para a construção do prédio próprio para a agência de Correios e Telégrafos da cidade e comarca de Ubitatã.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR.

### JUSTIFICATIVA:

A cidade de Ubitatã pela sua pujança e elevada população laboriosa se constitui hoje em uma das maiores comarcas do Paraná.

A cidade está carente, por conseguinte, desservida de prédio próprio da agência do Correio e Telégrafo.

A existente não condiz com o desenvolvimento vertiginoso da comarca.

É um barracão sem os mínimos requisitos para o atendimento da população.

Está portanto a merecer a compreensão e atenção das autoridades responsáveis.

A solicitação é das mais justas e espera que a Casa o aprove para as posteriores deferências.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente requerer endosso do Plenário, para a solicitação ao Presidente do INPS, e Superintendência regional do órgão neste Estado, a fim de que determinem providências urgentes para pagamento aos médicos credenciados junto ao INPS, em especial os associados às Associações Médicas Regionais de Pato Branco e Francisco Beltrão, tendo em vista estarem aqueles pagamentos de honorários atrasados, desde outubro do ano passado.

Que da decisão, faça-se a devida comunicação às associações solicitantes.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) NILSO SQUAREZI.

### JUSTIFICATIVA:

Em telegrama endereçado ao Presidente do INPS e à Superintendência regional, as Associações Médicas do Sudoeste do Estado, solicitam imediatas providências para o pagamento dos honorários profissionais devidos pelo Instituto Previdenciário, desde outubro de 76.

Por outro lado, também os hospitais, ao que se sabe estão em dificuldades financeiras, face aos atrasos no recebimento dos serviços prestados ao INPS.

Assim, justifica-se a presente solicitação desta Casa, no sentido de encarecer as autoridades responsáveis pelo setor, das dificuldades que atravessam os médicos e hospitais, e para que do desalento dos profissionais não sejam os associados

do INPS, os mais prejudicados.

Se hoje as filas justificam as críticas à Previdência, o atraso de pagamento ao setor médico, poderá amanhã comprometer, face ao desestímulo, a qualidade dos serviços prestados o que seria irreparável para a própria saúde pública.

### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 15/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica denominada “OLÍVIO BELICH” — a estrada que interliga os municípios de Lapa e Porto Amazonas.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

### JUSTIFICATIVA:

OLÍVIO BELICH, personagem atuante, durante muitos anos no cenário político de nosso Estado, nasceu a 06 de março de 1920, na cidade de Porto Amazonas, neste Estado, e faleceu a 17 de novembro de 1971, em nossa Capital, vitimado por um enfarte do miocárdio.

Era o homenageado filho de Merchid Belich e Otacília Andrade Belich, representantes de um dos mais tradicionais troncos familiares de nosso Estado.

Bem cedo se iniciou a carreira política de Olívio Belich.

Começou modestamente, como Vereador à Câmara Municipal de Porto Amazonas.

Tanto se distinguiu no exercício de seu primeiro mandato parlamentar, que, em seguida, propuseram-lhe os seus correligionários, a candidatura ao Executivo Municipal daquele município interiorano, tendo sido, efetivamente, eleito e empossado.

No cumprimento de seu mandato de Prefeito, caracterizou-se pela bondade com que tratava os menos afortunados, fazendo-se lembrado, até hoje, no conceito de seus conterrâneos como o “pai dos pobres”.

Consequência do imenso prestígio popular, conseguido a custa de muito trabalho na administração da coisa pública portoamazonense, entendeu de candidatar-se para Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, para cumprir mandato na Legislatura que se iniciava em 1966, pela legenda da Aliança Renovadora Nacional.

Eleito, fez de sua cadeira na Assembléia Legislativa, uma tribuna das reivindicações mais prementes de seu eleitorado, em todos os setores, principalmente o da Educação, Viação e Agricultura.

Virtude que lhe era própria, mas que considerava como dever que se impõe a quem exerce função pública, a simplicidade no trato das pessoas menos afortunadas, foi sempre uma das tônicas de seu procedimento, tanto no relacionamento privado como na condição de parlamentar.

Por estas razões, o seu prematuro desaparecimento, ocorrido aos 51 anos de idade, encheu de consternação os meios políticos onde exerceu o seu trabalho, pranteado, ainda mais, pela gente simples e modesta de seu município natal, os quais, mais do que simples admiração, guardavam-lhe sincera e correspondida amizade.

A homenagem que se pretende, fará justiça, cremos a esta figura de homem público que foi OLÍVIO BELICH, e temos certeza, contará com o apoio dos nobres Pares desta colenda Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (V. Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.



(LÊ): 'O Oeste do Paraná, viveu nesta segunda-feira um dia de festa.

Um dia que deverá ficar registrado em sua história, pois creio que estabeleceu um novo marco no desenvolvimento agrícola desta região — responsável, por sinal, por cerca de 40 por cento da produção do Paraná.

Ontem foi lançado em Cascavel, na presença de mais de 1500 produtores vindos dos mais distantes pontos da região, o Concurso Regional de Produtividade do Trigo, uma promoção da Secretaria da Agricultura e que contou com o prestigamento do Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, e do Governador do Estado JAYME CANET JÚNIOR.

Estas presenças, por si só, são dimensão da importância do evento que tivemos a honra de viver ontem lá em Cascavel.

Mas outras personalidades tornaram ainda mais significativa a reunião, como é o caso do Dr. José Ribamar de Mello, diretor do Banco Central, nas mãos de quem está, em grande parte, a esperança do Oeste do Paraná ganhar a sua grande unidade de processamento de soja.

Mas, Senhores, como disse, vimos ontem o lançamento da Campanha da Produtividade do Trigo, pela qual a Secretaria de Agricultura pretende intensificar ainda mais a introdução de alta tecnologia para o cultivo de trigo.

O Paraná, como sabemos e como frisou ontem o Secretário Paulo Carneiro em seu discurso de abertura, já ocupou todas as suas fronteiras agrícolas.

Agora, para aumentar a produção, tem praticamente uma única alternativa: aumentar a produtividade.

E isto só se pode conseguir pela soma de vários fatores, para os quais o Governo está trabalhando no sentido de levá-los ao campo.

Todos estes fatores podem ser resumidos na necessidade de introduzir técnicas novas no meio rural, na necessidade de tornar mais moderna a nossa agricultura.

A Secretaria da Agricultura vem contando com o inestimável apoio do Governador Jayme Canet e do Ministro Alysson Paulinelli, para implementar os seus múltiplos programas de modernização da lavoura.

Assim, estão sendo aumentados substancialmente os recursos orçamentários, técnicos e humanos do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) — o órgão de Pesquisa Agropecuária da Secretaria da Agricultura.

Da mesma forma, o órgão de Assistência Técnica, a ACARPA, vem recebendo integral apoio do Secretário Paulo Carneiro, redundando na ampliação da rede de atendimento direto ao produtor rural.

Em 75, a ACARPA contava com apenas 300 técnicos; hoje, tem mais de 600.

Ela estava presente em 157 municípios; hoje atende a 232 municípios.

Tudo isso em menos de dois anos.

Além disso, Srs. Deputados, o esquema de fiscalização da Secretaria da Agricultura, vem atuando de forma marcante, visando dar ao lavrador os melhores insumos.

Só no ano passado, foram embargadas mais de 600 mil sacas de sementes de baixa qualidade.

Os Senhores já imaginaram os prejuízos à agricultura do Paraná se estas sementes tivessem sido utilizadas?

O mesmo aconteceu no setor de defensivos: várias toneladas de produtos impróprios foram apreendidas pelos fiscais da Secretaria da Agricultura.

Os exemplos do esforço da Secretaria de Apoio ao produtor rural, se multiplicam.

Mas citemos apenas mais um mercado por um evento a que testemunhamos também ontem em Cascavel: a implantação de um laboratório de análises de sementes para a região de Cascavel.

Esta unidade, a ser construída em convênio com a Cooperativa de Cascavel, terá por missão garantir ao produtor rural que a semente que ele joga à terra é de alta qualidade.

E isto, naturalmente, redundará em sempre maiores índices de produtividade e qualidade.

Detalhe importante é que, com o laboratório instalado em Cascavel, a Secretaria da Agricultura fica ainda mais próxima dos seus clientes, os produtores.

Hoje, eles são obrigados a utilizar-se do laboratório de Maringá, há mais de 300 quilômetros de distância.

Senhores Deputados:

Quero ainda, destacar um fato da maior significação: apesar dos problemas que afetam a triticultura, sempre ameaçada pelos maus efeitos dos rigores do inverno, e apesar da fixação de um preço considerado insuficiente, a disposição dos produtores paranaenses é de continuar se dedicando a esta lavoura, porque eles sabem que, embora existam problemas, o Governo está procurando e dando soluções alternativas.

O Ministro Paulinelli, o Governador Jayme Canet e o Secretário Paulo Carneiro fizeram apelos para que nossos lavradores continuem colaborando para que o Brasil possa alcançar o mais brevemente possível a tão almejada auto-suficiência em trigo.

E estamos certos, é isto que ocorrerá no Paraná, onde se Deus quiser, vamos colher este ano cerca de dois milhões de toneladas de trigo.

Os lavradores estão estimulados para continuar plantando trigo; mais ainda porque, a exemplo do que está fazendo com os concursos de produtividade de milho e de algodão, já lançados, os triticultores estão concorrendo a vários prêmios — o primeiro deles é um trator no valor de quase cem mil cruzeiros.

Esta é uma política inteligente do Secretário Paulo Carneiro, dá condições para que todos possam ter acesso à tecnologia moderna e estimula a adesão através da premiação.

Ganham os produtores, ganha o Paraná, ganha o Brasil com esta política.

O Ministro Paulinelli não escondeu o seu entusiasmo quanto à iniciativa da Secretaria da Agricultura, tanto que vai levar a idéia para outros Estados para que estas sigam o magnífico exemplo do Paraná.

Srs. Deputados, olhemos com confiança os destinos da agropecuária paranaense.

A cada dia que passa recebemos novas provas de que ela está entregue a boas mãos.

À garra do produtor paranaense, se soma a boa vontade, o trabalho firme, decidido e correto do Governo.

A eles, os nossos aplausos.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Estivemos, sábado último, na próspera cidade de Guaraniaçu, onde participamos da inauguração de um entreposto da Cooperativa Regional e assistimos à cerimônia de entrega de título de Cidadão Honorário ao Governador Jayme Canet Júnior.

Guaraniaçu hoje é um próspero centro agrícola, que alicerça no soja, no trigo, no milho e outras culturas a sua crescente afirmação econômica.

A partir de sábado, o município passou a contar com um entreposto da Cooperativa Agropecuária Mista Laranjeiras do Sul Ltda. entidade cooperativa regional.

Esse entreposto, com capacidade para armazenar 300 mil sacas de cereais, numa área construída de 8 mil metros quadrados, foi edificado a um custo de 11 milhões de cruzeiros.

Neste momento, ao registrar a inauguração, quero saudar o Presidente da Cooperativa, Vilson Fontanella, pelo seu des-

cortínio ao dotar Guaraniáçu dessa unidade agropecuária.

O cooperativismo vem se revelando o principal instrumento de integração do homem do campo e o veículo mais ágil para a extensão rural promovida pelo Governo.

Quando se une nas cooperativas de produtores, o homem do campo supera as deficiências próprias de sua atividade isolada no espaço geográfico.

Desejo destacar ainda, as homenagens que foram prestadas a outro líder do associativismo rural do Paraná, o Engenheiro Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura do nosso Estado.

A Sua Exa. e ao Governador Jayme Canet foram conferidos os títulos de Cidadania Honorária de Guaraniáçu, numa feliz iniciativa de seus homens públicos”.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O dia em que tirarem do político a emoção e a paixão, acabarão com a política.

Ouví atentamente o Deputado Werner Wanderer, a falar sobre uma apologia levada a efeito por S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Secretário da Agricultura e o Sr. Governador do Estado, na tão pisoteada e rastejante Cascavel.

Há vinte e tantos anos, o Oeste do Paraná, para muitos que lá se aportam em época de eleições, é confundido com o Sudoeste.

E hoje, se trata de uma das maiores produtoras de trigo deste País, a Região Oeste do Paraná.

É responsável por 50 por cento da produção nacional.

E, assim mesmo, as autoridades se esquecem, por exemplo da ferrovia que demanda até Foz do Iguaçu.

E é lamentável que, neste jogo de interesse preparatório das próximas eleições, não se convide o Parlamento para participar, onde há um interesse direto de quem o Parlamento representa.

E as autoridades vão à nossa cidade, para implantar uma outra forma de pedir o equacionamento da produção dos Estados, quando, nem sequer se estabeleceu, “a priori”, o fator primeiro da alta do índice de produtividade que é o preço mínimo.

E aí está o exemplo do caso do trigo, como disse o jornal “O Estado do Paraná”, que empreende passeios caríssimos, para São Paulo, onde as multinacionais manipulam esse produto primário, para depois voltar às panificadoras do Paraná, e, aquilo ser acrescentado sobre o preço.

É lamentável que o lançamento desta campanha de produção de trigo, se deva, como fator primordial, à elevação apenas da produção.

E, o Sr. Ministro fala aqui, em Manchete, destacada pelo “Estado”, — Peço e sei que o Paraná retribuirá.

Eu creio que o Paraná retribuirá também com sua inteligência, com o seu poder de criatividade, de posicionamento na esfera que ele representa na economia nacional, um dos maiores produtores agrícolas deste País, onde as divisas representam quase 2/3 da balança de exportação.

Representam 8 bilhões de dólares, enquanto que os manufaturados representariam, a partir de 1977, apenas 3 bilhões e 500 milhões de dólares.

E vem S. Exa., dizer que os pedidos dos agricultores, do Oeste do Paraná, que representam 42 por cento dos produtores do Estado, responsáveis por 36 da área cultivada do trigo, hão de pedir alguma coisa, ao dar condições de preço mínimo para o trigo.

Sabemos que seremos atendidos na reivindicação de maior

produtividade, pois todos estão aqui dando apoio e isso me traz confiança.

Mas, é hora, também de se pedir a S. Exa., o Sr. Ministro, que atenda às reivindicações não só do Oeste do Paraná mas, dos produtores paranaenses na questão específica do trigo, nas questões específicas dos transportes para o escoamento dessa produção avantajada que o Oeste produz, na ligação das rodovias do Oeste com o Sudoeste; concretização do Aeroporto de Cascavel que é o centro geográfico de toda aquela região.

Na questão de melhoramento de preços, não só do trigo que, no ano passado, sofreu, amargamente, com os fatores climáticos mas, sobretudo, também, o controle de preços dos adubos, inseticidas e fertilizantes majorados ao belprazer de quantos manipulam com o preço imposto.

E, aí, está a SUNAB que só verifica a questão do leite, a questão do trigo, ou melhor, do preço dos pães e deixa de verificar os fatos da elevação dos preços que refletem, diretamente, na economia popular.

Para que criarmos organismos como agora, no I Congresso Nacional da Orizicultura, no Rio Grande do Sul?

Muito se falou e lá esteve S. Exa., o Sr. Ministro, também fazendo apologia da produção; também falando que o arroz representa um produto auto-suficiente para o consumo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é decepcionante quando se tem que vir à tribuna para, não contestar mas, para expressar a mágoa do Oeste do Paraná, dos produtores deste Estado que são lembrados, apenas, quando está prestes a se verificar uma grande produção.

E, é com este espírito que venho lamentar que, apesar da soja representar, hoje, o substitutivo das exportações nacionais, a curto prazo, a curto prazo ela terá também, provavelmente, uma especialidade a ser tratada pelos ministros da área econômica o já falado confisco cambial.

E é com este desalento, é com esta quase desesperança que o político se vê marginalizado, se vê tolhido nas suas deliberações, nas suas reivindicações, porque não há nenhum elo de ligação mais direto, desinteressado, este elo de chamamento para as safras, sejam elas safras agrícolas ou safras eleitorais.

E eu faço um apelo, Sr. Presidente, para que as autoridades prestem uma homenagem a esses abnegados agricultores e plantadores de trigo; melhorem o preço e viabilizem o melhor transporte e instalem, sobretudo, no Paraná, uma política realista, onde os moinhos possam moer para ser entregue ao consumo paranaense, o que ele próprio produz.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

**O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diante do momentoso problema relacionado a funcionários da Casa, a Mesa Executiva que já havia deliberado no início da nossa gestão, decidiu acelerar as medidas e, assim, na reunião de hoje, pela manhã, da Executiva, foi aprovada a seguinte deliberação:—

(L.B.)

“O Primeiro Secretário, que subscreve o presente, à Comissão Executiva, a fim de racionalizar e dinamizar a administração desta Casa de leis, recomenda as seguintes medidas:

1. **REVOGAÇÃO** — a partir de 01 de abril, da gratificação de 50 por cento, de todos os funcionários da Casa, concedidas até a presente data.
2. **DEVOLUÇÃO** — às Repartições de origem dos funcionários pertencentes a outros Poderes e órgãos;
3. **SOLICITAR DEVOLUÇÃO** — até 01 de abril, de todos os



funcionários da Assembléia à disposição de outros Poderes e Órgãos;

#### NORMAS A SEREM SEGUIDAS:

1. Os Srs. Deputados deverão solicitar no máximo, três funcionários, sendo dois com cinquenta por cento, para ficarem à sua disposição (3-C Assessor incluso);
2. Os responsáveis pelos Gabinetes da Mesa e das Lideranças farão suas solicitações de funcionários, executando aqueles já nomeados para cargos em Comissão;
3. Os Srs. Deputados e responsáveis pelos Gabinetes responderão, como Chefe imediato, pelo trabalho dos respectivos funcionários;
4. Designar uma Comissão de Inquérito Administrativo para apurar, no prazo de 30 dias, as denúncias vindas a público, quanto à existência de funcionários "fantasmas";
5. A apresentação do esboço do Projeto de Reforma Administrativa.

Gabinete da Primeira Secretaria, em 15/3/77

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

Primeiro Secretário.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO: (LÊ): "O Paraná é o maior produtor agrícola do mundo e ostenta com orgulho o título de "Celeiro do Mundo", principalmente na zona norte.

Contribuímos para a Nação com café, soja, trigo, arroz e outros cereais.

A receita do café, segundo dados estatísticos publicados na Revista "Manchete", em seu último número, permite que o País pague toda a importação de petróleo.

Este fato é sumamente grato a nós paranaenses, principalmente quando o Ministro da Agricultura não teme em dizer que veio oferecer, mas sim pedir.

Ele vem pedir, ao lado do Governador Canet Júnior, maior produtividade, porque sabe que o mundo carece de alimentos e sabe que na exportação deles é que se encontra a solução da balança de pagamentos.

Têm, as nossas autoridades igualmente plena confiança no homem da agricultura, que sempre coube responder aos apelos e desta feita corresponderá aos apelos que dele serão dirigidos.

O interesse pela nossa agricultura extrapola aos limites do País e atinge não só os mercados internacionais, mas começa a interessar os grandes periódicos mundiais.

Não só a imprensa especializada que à importação e exportação faz análises, mas outras publicações de circulação mundial buscam oferecer aos seus leitores detalhes deste "Celeiro".

É alvissareira a notícia que nos chega de que nos próximos dias da semana que vem, estará entre nós o Editor HOBART MC DOWELL do mundialmente famoso, por suas reportagens históricas, científicas e tecnológicas, NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE, publicado em Washington DC.

Ele, com sua equipe de repórteres percorrerá todo o Paraná, entrevistando autoridades ligadas à produção, transporte de produtos agrícolas e de potencialidade de capacidade de nossa gente.

Pretende a Revista informar, com amplas reportagens, o maior consumidor do mundo que são os Estados Unidos e sem a menor dúvida todo o mundo Ocidental.

A reportagem surge no momento mais oportuno, quando o Paraná inteiro, autoridades, cooperativas, produtores unem as mãos para maior produtividade.

Esta notícia tão auspiciosa, enseja-nos apresentar algumas sugestões para que a reportagem possa obter maiores subsídios e colher maiores dados propiciando maiores benefícios para este Estado produtor.

Como os repórteres permanecerão por um período mais longo, creio seria oportuno mobilizar todas as forças para tal propósito.

Assim é que encaminhamos sugestões e um requerimento nos seguintes termos. (LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com respaldo no Regimento Interno e após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com as seguintes sugestões:

1. Que sejam realizadas reuniões de caráter regional no Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria da Agricultura para fins de estudos sobre a realidade da agricultura paranaense.

Estas reuniões regionais, com a participação dos governos municipais, cooperativas, líderes ligados à produção, órgãos especializados nas esferas estadual e federal, com a participação de políticos federais e estaduais, terão por objetivo fornecer subsídios ao aprimoramento técnico, financeiro de nossa agricultura.

2. Que sejam realizados seminários de estudos em nível mais especializado para conscientizar aos líderes da situação mundial no que se refere a situação da fome mundial.

Estes conclaves de estudos em nível mais geral e mais especializado tem em mira tornar a todos conscientes da grave situação da fome que está ameaçado o orbe terrestre, além de proporcionar oportunidades a que os especialistas possam difundir seus conhecimentos num Estado produtor como o é o Paraná.

3. Requer ainda, que da deliberação desta Casa seja dado ciência acompanhada do pronunciamento deste parlamentar as seguintes autoridades: Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, ao Exmo. Sr. Presidente da OCEPAR, ao Exmo. Sr. Presidente da FAEP, ao Exmo. Sr. Presidente da FETAEP.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977".

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Nós estamos voltando de uma visita à região de Maringá e lá, tanto visitamos setores da cidade de Maringá, como também tivemos a oportunidade de manter contacto com proprietários rurais.

E sentimos, Sr. Presidente nobres Deputados que, alguns impasses estão a surgir neste Estado do Paraná, como aliás em todo o Brasil.

Associando-se a isto nós temos em vigor hoje, uma Portaria da SUNAB, quando preconiza o rebaixamento do preço do leite de Cr\$ 3,10 para Cr\$ 3,00 o litro.

Mas, no corpo desta mesma Portaria da SUNAB nós observamos que na realidade, Sr. Presidente, não há uma diminuição no preço do leite e, isto sim, está havendo um lamentável equívoco para com o consumidor que, via de regra, não tem conhecimento do que vem dentro da embalagem para o seu consumo.

Assim, a mesma Portaria da SUNAB que rebaixa o preço do leite de Cr\$ 3,10 para Cr\$ 3,00, autoriza também as cooperativas a reduzirem o teor de gordura do leite de 3 por cento para apenas 2 por cento, significando, em outras palavras, que o leite não diminui de preço, apenas diminui no seu conteúdo, apenas diminui na sua condição primária que é de servir

de subsídio fundamental à alimentação da nossa gente e à alimentação de nosso povo.

E, conversando com trabalhadores sentimos claramente que o homem do salário mínimo, o homem de setecentos e poucos cruzeiros por mês, não pode fornecer o leite diariamente na mesa da sua casa, na boca dos seus filhos.

Mas, conversando com pecuaristas sentimos também que o preço de Cr\$ 1,90 que era pago para o leite normal e de Cr\$ 1,20 que era pago para o leite ácido também não dava condições ao pecuarista de renovar o seu plantel, de trazer para a sua agro-empresa, melhores condições, melhorias adequadas à situação que o Paraná atravessa, e portanto, exige, pede e reclama.

Em vista disso, Sr. presidente, nós estamos encaminhando hoje à Casa um requerimento, dirigido às autoridades da área do Governo Federal, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Indústria e Comércio, ao Ministério da Fazenda, e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pedindo que seja estudado um modo permanente de subsídio, tanto à produção como ao consumo de leite, porque observamos que esta Portaria, que é apenas um paliativo que a SUNAB hoje impõe ao Paraná e ao Brasil, ela reconhece de público, o impasse em que se encontra a economia nacional.

O preço do leite, é inacessível para quem consome, mas também, é insuficiente, para quem produz.

E ao invés de ser tomada uma providência de outra ordem, a SUNAB, chega, diminuindo a qualidade do produto que o povo consome, diminuindo o teor de gordura de 3 por cento para 2 por cento e, atrás desse artifício, ela reduz também o preço que já tinha aumentado, de 3,10 para apenas 3,00 o litro.

E esse impasse vai se tornando permanente neste País.

O consumidor não tem mais condições de acesso aos bens de consumo; e em contrapartida, o produtor também não consegue mais cobrir o custo operacional dos seus produtos com os preços hoje tabelados pelos órgãos responsáveis pelo setor.

Assim, nós observamos que no trigo, o governo vai pagar 170 cruzeiros pelo saco de 60 quilos, quantia esta, insuficiente para o produtor, mas, deverá entregar este mesmo trigo, a cerca de 40 cruzeiros o saco para os moinhos do Parque Moageiro Nacional.

Para o setor habitacional, também o impasse aí está; e existe o Banco Nacional de Habitação.

De subsídio em subsídio, a economia nacional vai criando um campo de artificialismo.

Mas, naquilo que mais toca de perto à alimentação popular que é o leite, nós necessitamos urgentemente, correndo inclusive o risco de um estrangulamento no setor, nós necessitamos urgentemente, de um subsídio, não só amparando o produtor, mas, principalmente, tornando acessível o consumo para as classes trabalhadoras deste País.

Tem o aparte, o Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte concedido pelo Deputado Renato Bernardi.

É apenas, Deputado, para dizer a V. Exa., da minha satisfação em vê-lo desta tribuna, abordando um assunto de tão fundamental importância.

Declaramos aqui, que o problema do leite, que está a amargar a dona de casa, realmente, não é difícil.

Na minha casa, já existe uma situação muito difícil, ter-se que ir de madrugada à porta das mercearias aguardando nas filas, e quando se encontra o leite. . .

E V. Exa. vai à tribuna agora, e com muita clareza, analisa o problema com todas as suas características; vai à tribuna, e realmente, tem razão V. Exa. ao dizer que o preço que se paga ao produtor do leite, é insuficiente para cobrir

os gastos.

E que o preço que o leite está custando e vai custar ao consumidor também está aviltado e impossível de ser adquirido pelo homem do salário mínimo.

Mas, Deputado, V. Exa. vai à tribuna e propõe uma sugestão às autoridades competentes.

Realmente acho que o único caminho para o Governo será estudar uma fórmula de subsidiar esse produto tão importante e fundamental nas nossas casas.

Como o Governo fará isso?

Evidentemente que é um tema a ser debatido, meditado e estudado.

Mas, com emergência, com urgência, pelas nossas autoridades, para que o consumidor brasileiro, o povo do Brasil, possa ter nas suas casas, o leite para as suas crianças.

Mas, Deputado, estão aí tantos produtos sofisticados que não têm necessidade prioritária, nem mesmo necessidade para a vida de nossa gente, que podem ser taxados para cobrir com sobra, o subsídio do leite.

Parabéns, Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte do Deputado Valter Pietrângelo e concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Deputado Renato Bernardi, pela concessão que me faz.

Confesso que estou preparando uma matéria que devo trazer a esta tribuna oportunamente, sobre o problema do leite no País todo.

E recentemente, mais precisamente no mês de janeiro, saiu na "Manchete", se não me engano, uma reportagem sobre a situação do leite no País.

E tratou aquele articulista com muita propriedade, a respeito do tipo de leite.

Porque tem que se equacionar o problema que aflige desde a família mais humilde, até a família mais abastada.

Trata-se de um alimento básico, fundamental, até para o suporte da calcificação no período de amamentação.

E dizia aquele artigo e outros que se sucederam, que o leite no Brasil, em seu critério de classificação, obedece apenas a uma simbologia hipotética: leite do tipo "B" e do tipo "C"; o organismo controlador de preços que é a SUNAB, nem condições tem para fiscalizar a higiene da coleta de leite; e sabe-se também que se este produto for exposto ao sol, por um período determinado, de algumas horas, ele perde as suas propriedades básicas de alimentação.

Então, no caso do leite, deve-se ter uma preocupação maior do que o preço, porque ainda, se fosse de propriedades adequadas e básicas para a alimentação, poderia se aventar uma possibilidade de preço, de ajuste do interesse do produtor de leite, do fornecedor ao preço de mercado, para que as famílias pudessem ter acesso a esse tipo de alimento básico.

E a diminuição da gordura do leite, que possibilitou a queda do preço; - aliás é uma coisa inédita neste País.

Eu há muitos anos não vejo . . . — Minha assessoria está funcionando, felizmente: aqui está o pronunciamento, ou melhor, o artigo de que falava. — Mas, a diminuição de preço é uma coisa inédita.

Aliás, o Governo está fazendo uma porção de mudanças no sentido de agressividade econômica, — é o termo que os tecnocratas usam — instituiu o "restituível", caiu o restituível; instituiu o preço de 3,10 o preço do leite, cai 10 centavos, mas, em compensação, a gordura diminuiu, escorregou 10 centavos.

A Mead Jonhson, presentemente, foi surpreendida com um artigo que uma moça do jornal o "Diário do Paraná", teria feito a respeito daquele produto que se chama "Sustage",

e que é composto, basicamente, de leite. Acontece que a reportagem se evaporou. Procurei falar com essa moça e não tive condições de acesso, não a encontrei. A verdade é que a moça sumiu.

Então, Sr. Deputado, não pode ser tão ruim assim o mercado do leite. Porque, senão a Witmarsun não teria instalado, como fez há poucos dias, uma usina. Ninguém instala um negócio quando ele é ruim, quando não é rendoso.

Por essa razão, congratulo-me com V. Exa., porque esse é um assunto de interesse dos Parlamentares porque diz respeito à economia popular, que está tão carente de recursos.

Aliás, vi num programa de televisão, domingo, como também viram muitos brasileiros, mulheres vendendo leite do seu próprio seio para manutenção de sua família. Uma vergonha nacional que todos os que têm televisão puderam assistir.

É um absurdo que falemos em exportar produtos, quando aqui no Brasil, o povo passa fome.

Congratulo-me com V. Exa. e agradeço o aparte.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço os apartes dos nobres

Deputados Valter Pietrângelo e Fidelcino Tolentino, que, sem dúvida nenhuma, vieram dar mais brilho ao meu pronunciamento e fizeram com que ele atingisse inteiramente seu objetivo que é, por ocasião da entrada em vigência dessa Portaria da SUNAB, chamar a atenção dos Srs. Deputados para um problema tão sério como esse.

E vejam V. Exas. que esses 3 por cento vão, fundamentalmente, beneficiar indústrias que operam com leite, quase todas elas multinacionais.

Temos aqui, uma série de questões que são fundamentais para a economia nacional.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sempre me preocupo quando se fala em multinacionais.

V. Exa. procure, nos mercados, os leites mais usados: Ninho e Nestogeno, na alimentação das crianças. É difícil conseguir esses leites. Prevê-se logo, que se está arquitetando uma alta no produto.

É lamentável, profundamente lamentável, que tenhamos que conviver com organismo como a SUNAB que, ao tabelar, ao ano passado, o arroz, o fez com um preço impossível de se colocá-lo no mercado. Este ano, tabelou: o arroz por um preço superior ao devido. E o produto está sendo vendido, nos mercados, por um preço inferior ao tabelado.

Não se compreende mais a necessidade de manutenção de um organismo dessa natureza.

Os Ministros estão a dizer que para melhor equacionamento, para melhor abastecimento do mercado interno, os preços vão ser liberados, para que a lei da "oferta e procura" estabilize o fornecimento de mercadorias sobretudo mercadorias alimentares. Porque, as coisas a continuarem como estão, principalmente nós, Deputados, não saberemos que caminho tomar.

É lamentável o que se faz com os mais humildes, que sofrem com as injunções de incompetentes.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa.

Devo lembrar, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que nós estamos num final de um verão, de um verão chuvoso, onde as pastagens são ricas e abundantes, mas, a partir de maio, nós estaremos entrando, em todo o Brasil, no famoso período de entre-safra, quando teremos tempo frio, e teremos escassez de umidade e escassez de chuvas, onde os índices pluviométricos serão, ou nulos, como no caso do Brasil Central, ou serão muito baixos, como no caso do Sudeste, do Sul do País. E hoje, o leite ganha sua conotação especial, porque é a peça fundamental da alimentação de nossa população, principalmente da faixa etária de zero a doze anos de idade.

E, é exatamente esta faixa etária que deve merecer, da parte dos homens públicos, a melhor atenção, o melhor cuidado

e o maior carinho.

E nós assistimos, pelos órgãos de comunicação deste País, quando um Ministro da República esteve se congratulando com a colheita do soja no Brasil Central, experiência pioneira, olhava a ceifadeira a colher o primeiro hectare de soja, ele vira para os homens da imprensa ao seu lado, e diz o seguinte: "Um hectare desta soja, nos possibilitará importar mais 60 barris de petróleo".

Oxalá este Ministro dissesse: "Um hectare desta soja possibilitaria o leite na mesa do trabalhador, na mesa do operário." — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Pausa). — Tendo declinado, concedo a palavra à Liderança do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Falará no horário reservado à Liderança do MDB, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegado do Interior, vejo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mergulhada no chamado "Escândalo do Funcionário Fantasma". E tive a satisfação de ouvir, do Sr. 1º Secretário, a relação de medidas que serão tomadas por esta Casa, para sanar as irregularidades que foram denunciadas desta tribuna e com a cobertura da imprensa livre deste País, denunciada a todo o Brasil.

Coube, portanto, neste momento, elogiar a atitude da Mesa pela resolução tomada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos calar sobre o assunto quando lemos, em entrevista do Sr. Presidente desta Casa e do 1º Secretário ao jornal o "Diário do Paraná", de hoje, afirmações que deixam mal, inclusive, o Deputado Lúcio Machado, que veio a esta tribuna, e, em alguns pronunciamentos, fez com que os fantasmas, talvez por ser época de quaresma, comessem a aparecer.

Diz o Presidente da Casa: "Que desconhecia, oficialmente, irregularidades no quadro funcional."

"Oficialmente" é um termo um tanto vago para isto, porque desta tribuna desfilarão inúmeros Deputados a clamar e a pedir que se restabelecesse nesta Casa, a moralidade funcional, para prestigiar, principalmente, funcionários como o porteiro desta Casa, o Sr. Abel, que, dia e noite está aqui; para prestigiar os funcionários honestos desta Casa, que são confundidos na Rua das Flores com os funcionários fantasmas que agora tentam aparecer.

Aqui desfilarão Deputados como Edilson Alencar, a pedir providências.

Aqui passou o representante de Apucarana a pedir até, e, sem a concordância de sua bancada, o uso do execrável Ato Institucional número 05, para punir funcionários.

Aqui passou o Deputado Benedito Lúcio Machado e mesmo este que vos fala ainda; no mês de agosto do ano passado, vinha denunciar um funcionário fantasma muito especial, porque se encontrava à disposição de um Deputado que já não mais era Deputado e, com a agravante de ser um presidiário que a Assembléia não podia mais devolver à Penitenciária, por ter havido se evadido e, conquanto, constava nos quadros desta Assembléia como prestando serviço.

Trazemos informações, para contestar afirmações de que nesta Casa se desconhecia funcionários fantasmas. Não é e, a bem da verdade se diga, desconhecido este fato porque, oficialmente, aqui foram denunciados.

O ilustre 1º Secretário em entrevista que se encontra no "Diário do Paraná", diz o seguinte em relação ao pronunciamento do Deputado Lúcio Machado — "creio que, sabedor de nossas intenções de adotar medidas fiscalizadoras mais rigorosas neste sentido, ele, simplesmente se antecipou à Executiva, para ficar com os louros.

Pode ser, apenas, uma reação advinda da derrota sofrida pelo Partido, na eleição da Mesa.

Por que um Deputado que está há 2 anos na Assembléia,

somente agora se lembrou de fazer tais denúncias?"

Há muito tempo o Deputado Benedito Lúcio está a denunciar; há muito tempo os Deputados que constituem a chapa que perdeu as eleições, assinaram um protocolo que, por uma feliz coincidência contém, exatamente, o que hoje propõe a Mesa Executivo Reforma Administrativa, entrega dos funcionários que estão à disposição da Casa; volta de funcionários da Casa que estão à disposição de outras repartições. E, para aqueles que não viram a imprensa de alguns dias atrás, está fácil de consultar porque "O Estado do Paraná", publicou, na íntegra, um protocolo assinado por todos os elementos que compunham a chapa que perdeu. E, também, dos Deputados que a apoiaram.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para lembrar que no ano passado se fez um movimento nesta Casa, partindo, inclusive, de Deputados da Oposição, buscando uma solução não só para este caso mas, para vários outros casos que existiam aqui, na Assembléia, como por exemplo, recorde-me daquele projeto, ou do processo vindo do Tribunal de Contas que se perdeu no prazo constitucional, para apreciar matéria de âmbito financeiro deste Estado, causando prejuízo ao erário público.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Inclusive, Sr. Presidente, para esclarecer ao nobre Sr. 1º Secretário, que não foi reação à derrota. Foi apenas a sequência de um documento assinado por pessoa que respeita a sua assinatura, como muitos não fazem.

Por isso, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, V. Exa., juntamente com os demais Membros da Mesa Executiva, estão de parabéns ao tomar atitude, como de parabéns está a imprensa do País, a que é livre, que denunciou, porque possibilitou que se tomassem providências.

Mas, Srs. Deputados, o Paraná é manchete em função disto e, hoje, um prezado editorial do "O Estado de São Paulo", traz o Paraná, de novo, às manchetes. E, infelizmente, com termos como que irresponsáveis. Temos de calar, nos envergonhar e ver os nomes deste editorial que nos lembra de um passado remoto, e também menos remoto que viveu a infelicitizar o nome deste grande Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É chegado o momento em que os paranaenses tomem as rédeas deste Estado e que todos, unidos, façam com que as manchetes sejam apenas positivas e que as negativas não existam, não por pressão, mas por não existirem de fato. É oportuno neste momento, também, que façamos um desafio lançado desta Assembléia aos outros Poderes para que respondam como estamos respondendo nesta Casa, as acusações que se fazem. Queremos saber os resultados das denúncias feitas pelo "O Estado de São Paulo" sobre as mordomias. Porque se cassa o Presidente da Assembléia, Leonel Túlio por 84 mil cruzeiros e se deixa impune aqueles que usaram as célebres mordomias, desafio os outros Poderes que desmintam o editorial do "O Estado de São Paulo" de 20 de fevereiro deste ano, que tem um significativo título. Viveremos realmente num País de austeridade, onde aquele jornal denuncia uma viagem da filha do Presidente Geisel de Brasília a São Paulo, passagem para a praia de Guarujá e que em vez de usar um voo de carreira, como qualquer cidadão teria se utilizado de um avião Boeing, em voo especial para São Paulo para passear nas praias de Guarujá. Que os outros Poderes se levantem. Que o Poder Judiciário deste Estado conteste o que está no jornal "Voz do Paraná" que o acusa de estar protelando uma prestação de contas que já se encontra no Supremo Tribunal, se não me falha a memória. É o desafio que lançamos nesta Casa Democrática, como homens eleitos diretamente pelo povo. Nós estamos a prestar contas a jornalistas e ao povo. Desafio aos outros Poderes que procedam da mesma maneira, porque esta Casa está de cabeça erguida.

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Inicialmente, devo agradecer a

V. Exa. a referência elogiosa que fez ao Executivo pelas medidas tomadas. Contudo, nobre Deputado, como matemático, como técnico que é, pode fazer bem as contas. Estas medidas já foram anunciadas em aparte feito por mim em um dos primeiros pronunciamentos do Lúcio Machado, mas mesmo assim não quis escutar o Deputado Lúcio em que pese que o Executivo recebeu como colaboração também, a tomada de posição do Deputado Lúcio Machado. Porém, Deputado Deni Schwartz, as consequências de atos praticados dependem não só do seu conteúdo. Muitas vezes mais da forma como ele é tomado do que do seu conteúdo. Assim é, nobre Deputado, que hoje, para nós da Executiva, que nada mudou diante das atitudes preconizadas já no início da nossa gestão, uma coisa mudou e mudou muito — a imagem desta Casa na opinião pública do nosso País.

E é nesse ponto, que eu não posso concordar como primeiro Secretário. Com apenas uma semana de possibilidades junto à Executiva, porque os primeiros dias teriam que ser dedicados às visitas protocolares feitas e recebidas, em menos de uma semana foram colocados, desta tribuna, por um Deputado que não estava entrando naquele dia na Casa, problemas que nós ainda não conhecíamos, mas que já tínhamos anunciado estas medidas para que todos conhecessemos.

Não que nós estejamos contra a notícia que foi dada, porque talvez — não fosse a colaboração da imprensa nacional que eu as recebo como medida de colaboração — talvez a nossa medida tomada hoje fosse recebida de outra forma, fosse recebida como uma medida drástica, como excessiva ou excesso de zelo.

Assim mesmo haverá quem diga que esta Executiva primou pelo excesso de zelo. Hoje, menos do que ontem, graças ao pronunciamento de Lúcio Machado, graças à imprensa e graças ao seu pronunciamento. Mas, Deputado, o problema da Casa estaria resolvido da mesma forma, eu asseguro a V. Exa., sem o retalhamento nacional que esta Casa sofreu.

E eu, neste momento, somente na pessoa do 1º Secretário eu debito exclusivamente na forma com que ela foi posta da tribuna pelo Deputado Lúcio Machado. Muitas formas poderiam ser apresentadas. Nós recebemos todas elas como colaboração; mas o drama que V. Exa. trouxe à tribuna em boa hora, que a nossa Casa de Leis infelizmente em editorial de imprensa de responsabilidade nacional, foi comparada à Assembléia do Estado de São Paulo, que jamais nós permitiríamos. Eu renunciaria ao meu cargo de primeiro Secretário se eu tivesse dúvidas num só momento que a minha função pudesse ser comparada ao Presidente da Assembléia do Estado de São Paulo. Renunciaria ao meu mandato de vergonha dos meus filhos. E isto vai ser difícil, mas não vai ser impossível de provar, porque as portas do meu Gabinete estão abertas até mesmo para receber Lúcio Machado como recebi hoje, como receberei todos os Deputados, todos os funcionários e todo o povo do Paraná, aqueles que trouxeram colaboração para a moralização sim, e moral for o Poder ao qual pertencem.

Mas adiante de dizer às gritas e às bocas escancaradas ao mundo nacional, carecia de provas mais concretas para evitar que V. Exa. dramaticamente, mas oportunamente viesse à tribuna hoje dizer, que a imagem desta Casa carece na opinião pública nacional de uma correção radical. E a nossa medida veio, talvez até em face já ao conceito estabelecido intempestivamente, mas nós estamos, nobre Deputado, com uma semana do mandato Executivo.

É neste ponto, que eu peço a sua compreensão, devo discordar da forma com que foi trazido o problema, não do assunto, nem muito menos, do autor da idéia, recebo assim mesmo. Em que pese o drama que vamos enfrentar para conscientizar novamente a nossa Casa de Leis. Estou cômico da minha obrigação. E haverei de cumpri-la. E V. Exa., haverá de estar outras

vezes comigo e conosco na Executiva como está hoje, dizendo de uma medida, dramática? Não. Drástica? Não. Oportuna? Sim. Outras tantas haverão de ser tomadas se necessário for.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Finalizo, Srs. Deputados, parabenizando-me com o primeiro Secretário, que abre a sua porta, se bem que assim não o entendo, porque a porta da primeira Secretaria, antes de pertencer a um Deputado, pertence a todos os Deputados.

Esperamos que as medidas sejam tomadas, para que este Poder possa realmente, como é de sua obrigação, fiscalizar e tomar medidas. Gostaria de ler apenas o final do editorial do "O Estado de São Paulo" de hoje, quando a imprensa assim se expressa: (Lê):

"Como sempre dizemos, desprovida de meios para julgar e aplicar sanções, a imprensa esgota a sua alçada, no indagar, no apurar, no denunciar. Cumprimos pois o nosso dever. Saiba o Presidente do Legislativo paranaense cumprir o seu, até para evitar que se repita com ele, a dura lição aplicada a um ex-Presidente do Palácio Nove de Julho".

Testemunhamos aqui, conhecido de longa data do Deputado Ivo Thomazoni, que a comparação não pode ser feita, e temos a creteza de que, pela vontade do Sr. Presidente, esta Casa adotará medidas que a honrem junto ao povo paranaense.

Tem o aparte o Deputado Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar o nobre orador, que o tempo que é reservado à Liderança do MDB se esgotou. Todavia, abre uma exceção, concede a V. Exa. mais dois minutos para concluir.

O Sr. Lúcio Machado — Serei rápido, muito agradecido pela concessão do aparte. Apenas para fazer uma observação.

Fui hoje, realmente, recebido na Primeira Secretaria, pela primeira vez na atual gestão da Comissão Executiva, e diga-se de passagem, muito mal recebido, dando a impressão de que, a primeira Secretaria desta Casa passou a pertencer a um Deputado e não aos 54 Deputados.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se a ARENA usará o tempo que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esperava poder levar este assunto a nível de bancada, como se pretendia. Mas como aqui chegou em Plenário, e tomando conhecimento das medidas adotadas pela Comissão Executiva, não poderia deixar de fazer este pronunciamento, quando nós sabemos que, na Legislatura passada, houve um entendimento de que cada um dos Srs. Deputados teria um funcionário do Poder Legislativo, e um funcionário do Poder Executivo, e um funcionário no cargo em Comissão, portanto, três funcionários a cada Deputado, e com a minha consciência tranquila, porque assim está o meu gabinete: com um funcionário do Poder Executivo, um funcionário com cargo em comissão e não tenho funcionário do Poder Legislativo, que está sendo atendido, graças à Primeira Secretaria, que me concedeu um motorista, ocupando o lugar deste funcionário do Poder Legislativo.

A medida que a Casa deveria tomar, era depois de um levantamento sério, feito aqui na Casa porque existem excelentes funcionários, tanto do Poder Legislativo, como do Poder Executivo, prestando relevantes serviços dos quais depende o funcionamento desta Casa; feito este levantamento, que cada Deputado informasse os funcionários a que tem direito; e depois, então sim, devolvesse ao Poder Executivo, os demais funcionários e pedisse o imediato retorno dos funcionários fantasmas, como já foi observado.

É uma missão da Comissão Executiva, de fazer este levantamento e dar conhecimento à Casa, porque quanto à medida de devolver todos os funcionários do Poder Executivo, e pedir a devolução a esta Casa, de todos os funcionários do Poder Legislativo, sabemos o que vai acontecer amanhã: funcionários que estavam aqui, do Poder Executivo, há mais de 10 anos, retornam ao Poder Executivo e ficam os gabinetes vazios, esperando a volta dos funcionários que estão fora. E não sei como será.

Se foi esta a resolução, se foi este o entendimento, por que então não levantar já o número de funcionários, 54 funcionários do Poder Executivo, e dispense-se os demais? Seria uma solução.

O que vai acontecer, é atrapalhar inclusive funcionários que estão prestando serviço à Casa, com seu retorno à repartição de origem. E depois? E depois da perturbação feita, acertar, e entregar novamente ao Deputado. Estes funcionários vão ser prejudicados no fim do mês, com a falta dos seus vencimentos.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, nós trataremos da matéria humanamente. Mas a medida não pode ser parcial, ela tem de ser de caráter geral. Evidentemente que nós haveremos de tratar cada caso, como ele merece. Devo comunicar a V. Exa. que existe um funcionário no Gabinete da Presidência da República. Quem duvida que este funcionário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, esteja prestando relevantes serviços à Nação Brasileira?

Devo dizer que quatro funcionários estão à disposição de outros órgãos sem vencimentos. Podem esses funcionários, sem ônus para esta Casa de Leis, prestando serviços também relevantes a outros órgãos, a outros Poderes, podem ser tratados igualmente aos demais?

Mas, nobre Deputado, atendendo também à sua solicitação; já não por ela em si, mas para mim, e porque ela vem de encontro ao desiderato da Executiva, haveremos de tratar o assunto proposto por V. Exa.

Mas, aproveito ao dar este aparte, para dizer que todos os Deputados — e eu quis dizer todos — e quando disse todos, citei, por exemplo, o Deputado Lúcio Machado, — porque a imprensa e a Casa podem pensar que sou inimigo ou deixo de ser, mais amigo do que era, do Deputado Lúcio Machado pelo evento do problema dos funcionários.

Mas, contudo, disse ele, Deputado Lúcio Machado, que pela primeira vez fora ao meu gabinete e de resto, muitos outros parlamentares do MDB foram lá também — e eu estou, não desafiando mas correndo o risco de dizer, que todos os demais foram bem tratados, menos o Deputado Lúcio Machado. Por quê? Porque todos os Deputados da ARENA ou do MDB que foram à Primeira Secretaria foram tratar de assunto da alçada do Primeiro Secretário; e assunto que eu considero decente. O Deputado Lúcio Machado foi tratar comigo de um assunto que considero indecente: foi pedir para que a primeira Secretaria providenciasse o pagamento de seu telefone particular! Isso não é assunto da Primeira Secretaria. Disse a S. Exa. que isso era assunto seu, particular, não era da alçada da Primeira Secretaria. Mas não disse com o entusiasmo que estou dizendo agora, disse em voz baixa para que os demais que estavam no meu Gabinete não escutassem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, o Sr. Deputado Lúcio Machado está pedindo a palavra para um Question de Ordem.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, para que se esclareça bem a verdade: S. Exa. o Sr. Primeiro Secretário desta Casa, omite, em plenário e em público, a verdade dos fatos. O que fomos pedir a V. Exa. foi que entrasse em entendimento com os dirigentes da TELEPAR, a fim de que se procedesse a ligação dos telefones de todos



os Srs. Deputados e que pagaríamos um mês adiantadamente e outro atrasado. Porque a TELEPAR por falta de administração e até por falta de dignidade administrativa, deixou de mandar, durante três meses, as contas dos telefones dos Srs. Deputados.

Portanto, faltou com a verdade o Sr. Primeiro Secretário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concedeu a palavra ao nobre Deputado Lúcio Machado para uma Questão de Ordem e não em aparte ao orador que se encontra na tribuna.

A Presidência devolve a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado Quielise Crisóstomo, para que possa concluir meu pronunciamento, queria fazer uma pergunta...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela Ordem). — Sr. Presidente, a Liderança da ARENA assumiu o compromisso com o Deputado Gabriel Manoel de ceder parte do tempo permitido à S. Exa.

Portanto, solicito ao Deputado Gilberto Carvalho que conclua seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concluirei tão somente consiga resposta a uma pergunta que desejo fazer ao Sr. Primeiro Secretário: é verdade que, na legislatura passada, houve um entendimento entre esta Casa e o Poder Executivo, pelo qual o Poder Executivo cederia um funcionário a cada um dos Srs. Deputados?

O Sr. Quielise Crisóstomo — Houve esse entendimento com S. Exa. o Sr. Governador.

Contudo, a medida tomada em caráter geral é para que tenhamos condições de avaliar, com profundidade e veracidade, a curto prazo, do que já está estabelecido pela opinião pública, que temos "funcionários fantasmas".

Então, todas as medidas que possam facilitar a busca de "funcionários fantasmas", se é que eles existem, foram tomadas. Essa é uma medida que será, novamente, examinada: existem duas listas propostas, uma publicada na imprensa e outra lida, da tribuna, por um Sr. Deputado do MDB. Essa busca será procedida. Mas, uma medida genérica haverá de ser tomada, porque, através de um pronunciamento de um Sr. Deputado muitos desses funcionários estão incluídos no rol dos "funcionários fantasmas".

O SR. GILBERTO CARVALHO — Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que confio nas medidas que a Comissão Executiva vier a tomar, para prestigiar aqueles funcionários que se encontram na Casa, prestando seus serviços tanto ao Poder Legislativo, como ao Poder Executivo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta a Liderança da ARENA se deseja ocupar os 4 minutos que lhe restam.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres membros da Comissão Diretiva, Sr. Líder de nossa bancada, os nossos agradecimentos.

Queríamos, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vir a esta tribuna, agradecendo esta deferência da nossa Liderança, trazer fatos para o conhecimento de todo o povo do Paraná sobre o que concerne às atividades dinâmicas do nosso ilustre Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior; quando vimos o Governador na televisão, como vimos o Governador percorrendo os municípios de regiões cafeeiras, estimulando o plantio do ouro verde em nosso Estado, vimos então que este homem, com sua plêiade de Secretários, em consonância com o Governo da República, quer fazer renascer, no Paraná, a época do ouro verde. Queremos nos parabenizar

já pelo incentivo do soja, pelo incentivo do trigo, pelo incentivo da plantação da chamada "lavoura branca" e pelo auxílio das entidades financeiras, protegendo o pequeno agricultor.

E é neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui estamos, para nos parabenizar com este Governo dinâmico, com este homem que, voltado diuturnamente para os interesses do Paraná e de sua gente, é um homem de origem humilde que veio a ocupar o cargo de Governador do Estado. Este homem que é Jayme Canet Júnior, que nos orienta, nos estimula, para que possamos projetar o Estado do Paraná no concerto deste Brasil, como o segundo Estado de nossa Federação.

E é por isto que agradeço a S. Exa., o nosso Líder, por nos ter dado esta oportunidade para falarmos de Jayme Canet.

Vemos no Norte Pioneiro estradas asfaltadas rasgarem o seu interior, rasgarem o seio daquela terra íngreme e é, neste instante, que a esperança renasce no Paraná, para que este continue progredindo, para que nossos filhos tenham um exemplo dinâmico de uma estrutura do Poder Executivo e também com o auxílio desta douta Assembléia, que é o Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Ao encerrar a Hora do Expediente, a Presidência deseja, primeiro, solicitar dos Srs. Deputados da ARENA e do MDB, o comparecimento amanhã, às dez horas da manhã, no auditório deste Poder para uma reunião a nível das duas bancadas, oportunidade em que a Presidência e os Srs. Membros da Comissão Executiva, haverão de informar os Srs. Deputados, da real e verdadeira situação funcional desta Casa e, ao mesmo tempo que haverá de informar das medidas já adotadas.

A Presidência solicita, avisa aliás, que encerra amanhã o prazo regimental para que os Srs. Deputados, Membros das Comissões Técnicas Permanentes, se reúnam para a instalação das mesmas. Solicita que se observe o prazo regimental para que a Presidência não se veja na contingência de determinar a instalação, com a convocação dos seus Membros, 24 horas depois de expirado este prazo para, sob Presidência do Vice-Presidente desta Casa. Encarece, portanto, dos Srs. Deputados, providências no sentido de urgenciarem a instalação das referidas Comissões para objetivar que este Poder normalize os seus trabalhos legislativos.

A Presidência comunica, também, que esteve ausente desta sessão, porquanto recepcionava o Chefe do Poder Judiciário, o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça que visitou este Poder.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 120/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a entidade denominada "Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil", com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado e sua equipe, pela passagem do 2º ano de sua administração. — Em discussão.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Para discutir, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Matiuuzzi. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. João Paulino, pela sua eleição à Presidência da Associação dos Municípios do Paraná, bem como aos demais integrantes da referida diretoria.

Requerimento no mesmo teor fora apresentado na sessão anterior, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com sua discussão adiada. — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir o requerimento do Sr. Deputado Rosário Pitelli, automaticamente, transfere-se para amanhã.

V. Exa. havia solicitado para discutir, no final haveremos de apreciá-lo.

Em discussão o requerimento do Sr. Deputado Rosário Pitelli. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de postos telefônicos em diversos distritos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo medidas no sentido de executar pavimentação asfáltica entre a cidade de Ivaí a Ipiranga. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reiterando solicitação aprovada por esta Casa, visando a instalação de uma agência do referido banco, na cidade de Florai. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da PARANATUR, no sentido de que se digne providenciar estudos, visando a construção de vestiários e instalações sanitárias públicas em todas as praias do Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando seja encaminhada solicitação ao Sr. Presidente do INPS e Superintendência Regional, a fim de que seja determinado o pagamento aos médicos credenciados junto ao referido órgão, em especial os associados às Associações Médicas Regionais de Pato Branco e Francisco Beltrão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, contendo normas e estudos sobre a realidade da agricultura paranaense. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, ao Ministério da Indústria e Comércio, bem como à Secretaria de Planejamento da Previdência da República, no sentido de que sejam efetuados estudos visando um modo permanente de subsídio à produção de leite, assim como seu consumo, beneficiando produtores e consumidores. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do DER, no sentido de que através daquele órgão estadual seja firmado convênio com o município de Apucarana, com a finalidade de propiciar a recuperação das ruas centrais da referida cidade. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Comunicações, Ministro do Interior, bem como ao Sr. Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo providências para a construção do prédio próprio para a agência de Correios e Telégrafos da cidade e comarca de Ubatã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que se digne providenciar junto às empresas de transporte coletivo objetivando a gratuidade na condução de policiais em serviço. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., em forma de pedido de informações referente a descontos efetuados por municípios das Cotas do ICM.

Sobre o referido requerimento foi apresentada emenda no seguinte teor: (Lê):

#### EMENDA

O Deputado infra-assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, a modificação na súmula e no requerimento de informações datado de 14/3, devendo prevalecer a seguinte redação:

SÚMULA: requer informações do Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná. Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda de nosso Estado, solicitando as seguintes informações junto ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Permanecerão os demais termos do requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

— Em votação o requerimento. — APROVADO.

— Em votação a emenda. — APROVADA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Paraná. — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como o requerimento proposto pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho solicita voto de congratulações à nova Diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, nós aqui estamos, Sr. Presidente, para fazer as seguintes considerações.

Ainda, nesta semana, estivemos nesta tribuna e criticamos determinados setores da Associação dos Municípios do Paraná. Chegamos àquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a sugerir, inclusive, ao Presidente do Diretório Regional do MDB o Sr. Euclides Scalco, gestões para a formação de uma Associação dos Municípios que reunisse apenas e tão somente os Prefeitos eleitos pelo MDB.

É evidente, Sr. Presidente, que esta medida também é discriminatória e não convém aos princípios fundamentais que devem nortear as ações dos nossos Prefeitos, dos nossos municípios.

Mas, Sr. Presidente, é uma atitude de reação, de contestação à marginalização que começa a tomar conta dos Prefeitos do meu Partido no órgão representativo da classe, que é a Associação dos Municípios do Paraná. E mais ainda, Sr. Presidente, a atitude inconveniente, arcaica, de S. Exa. o Sr. Governador

Jayme Canet Júnior, em simplesmente desconhecer a existência de Prefeitos do MDB do Paraná.

Mas, após aquele pronunciamento nós recebemos um Relatório não muito pormenorizado que nos enviou a Associação dos Municípios do Paraná e nos mostra aqui, sem muitos detalhes, um Balancete Financeiro e o Relatório de outras atividades: de seiscentos e cinquenta e sete mil cruzeiros de arrecadação no biênio 75/76, a Associação gastou trezentos mil cruzeiros somente em salários e despesas importantes. Cem mil cruzeiros, Sr. Presidente, em expedientes; em torno de cento e vinte mil cruzeiros na manutenção da sede.

E deixo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer outros comentários a respeito desse Balancete Financeiro e deste Relatório, para me dedicar a uma parte de maior interesse, de maior alcance.

É por isto, Sr. Presidente, que compreendendo a fundamental importância da Associação dos Municípios do Paraná como órgão que deve congrega os duzentos e noventa Prefeitos paranaenses, no sentido da busca de soluções para problemas de ordem fundamental da vida municipal paranaense, é preocupado com isto, Sr. Presidente, que primeiro eu devo agradecer a atenção que mereci da Associação dos Municípios em receber este interessante Relatório.

Mas, manifestar, Sr. Presidente, que a Associação está muito a desejar em termos de dinamismo, em termos de personalidade e combatividade para a conquista dos interesses legítimos e justos dos nossos municípios. Devo confessar, Sr. Presidente, que sinto saudades quando a AMP esteve dirigida pelo extraordinário e incomum homem público, o ex-Prefeito Nivaldo Krüger, de Guarapuava, que a governou com inteligência e incomum dinamismo. E prossegue, Sr. Presidente, obscura e estranhamente, a não participação dos Prefeitos emedebistas, totalmente aliçados da entidade.

Eu entendo ainda que a Associação dos Municípios do Paraná, deveria obedecer ao critério da proporcionalidade na eleição da sua Diretoria e do seu Conselho Deliberativo Fiscal.

Entendo, Sr. Presidente, que apesar das restrições que fazemos, por reconhecer o valor fundamental da entidade na busca de soluções comuns para os nossos municípios, nós devamos inclusive aprovar o nosso voto de confiança. Creio que o Prefeito de Maringá, Dr. João Paulino Vieira Filho, eleito para presidir a entidade no próximo biênio, e toda aquela Diretoria, devem merecer realmente, as nossas congratulações, e sobretudo, o nosso voto de confiança para que possam, realmente, buscar caminhos morais, caminhos de trabalho, caminhos de conquista para as nossas Prefeituras.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu espero merecer a compreensão do Deputado Gilberto Carvalho, para que aceite, incorporado no seu requerimento de voto de congratulações, uma emenda que nós vamos propor. Essa emenda será em termos de sugestão, e mesmo apelo, à Associação dos Municípios do Paraná. E com a devida atenção de V. Exa. e compreensão, vou passar a ler a emenda que proponho. (Lê): "Senhor Presidente.

Não obstante, tenha recebido interessante relatório das atividades da Associação dos Municípios do Paraná durante o biênio 75/76 e, estar profundamente grato pela atenção daquela entidade municipalista, devo confessar que temos saudades da época em que a AMP esteve dirigida pelo extraordinário homem público Nivaldo Krüger que a governou com inteligência e incomum dinamismo. Continua estranha e obscura a não participação dos Prefeitos emedebistas, totalmente aliçados da entidade. Entendo que a eleição da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação dos Municípios do Paraná, deveria obedecer o critério da proporcionalidade entre os Prefeitos dos Partidos Políticos. Todavia, apesar das restrições que fazemos, acho salutar e por isto conveniente que aproveemos o requerimento que propõe o nobre Deputado

Gilberto Resende de Carvalho, externando nossas congratulações à nova Diretoria ontem eleita. Creio que o Prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho e, os demais diretores da AMP merecem o voto de confiança desta Casa. Entretanto, espero merecer a compreensão do nobre Deputado Gilberto Carvalho no sentido de que aceite, incorporado ao voto de congratulações, o apelo que formalizamos a seguir; a título de emenda, bem como, transmitir à AMP, em forma de apelo e sugestão:

01 — Que a Associação dos Municípios do Paraná repudie qualquer interferência, parta de onde partir, à sua autonomia. Que seja rechassada qualquer tentativa que desvirtue os notáveis objetivos dos seus princípios e pragmaticidade;

02 — Não permitir a politicagem inconveniente, que está transformando a AMP em entidade nociva, principalmente, não admitir que as intenções "coronelistas" do S. Governador Jayme Canet Júnior, intenções que já se constituem em ações claras, prossigam marginalizando os Prefeitos eleitos pelo Movimento Democrático Brasileiro;

03 — Atuar junto à SUDESUL no objetivo de ampliar recursos para as microregiões, bem como, proceder criterioso levantamento das verbas já entregues à associações regionais e suas aplicações;

04 — Labutar pelo estabelecimento de convênios justos entre Município—Estado, Município—União, como também, a determinação da perfeita caracterização daquilo que é competência do Município e do Estado;

05 — Estabelecer atuação permanente no sentido de ampliar a participação do município no bolo das arrecadações que atualmente é pouco mais de cinco por cento;

06 — Atuar pela criação e instalação de um centro do Instituto Nacional do Trigo para o Paraná, com sede na cidade de Maringá, como também, a luta sem trégua para que termine o inconcebível, estúpido e altamente prejudicial ao Paraná e ao Brasil, "Passeio do Trigo";

07 — Efetuar trabalho pela Federalização das Universidades de Maringá, Ponta Grossa e Londrina como fator de conquista fundamental, e até honrosa, para o Ensino Superior do Paraná;

08 — É indispensável as negociações junto ao Ministério dos Transportes no objetivo de que seja executado um plano ferroviário no Paraná, principalmente, as construções das ferrovias Guarapuava-Foz do Iguaçu, Maringá-Campo Mourão e Maringá-Paranavaí-Dourados/MT;

09 — É preciso edificar, com urgência, pelo menos um hospital psiquiátrico com sede na região do sudoeste. Hospital amplo e funcional, que descentralize o atendimento na Capital, que é promíscuo, miserável e criminoso; como também, a adoção de medidas para que sejam construídos diversos centros de atendimento e recuperação do Menor, cuja assistência em Curitiba também é imoral e desumana;

10 — Gestões junto ao INPS para a tomada de medidas racionais que permitam a efetiva normalização financeira entre os Municípios e o Instituto;

11 — Entendimentos com a TELEBRÁS no intuito de democratizar a atuação da TELEPAR, que hoje é uma empresa que avilta os serviços que presta em razão dos altíssimos custos da instalação dos postos de serviço para as Prefeituras, como também das taxas de ligações e dos próprios aparelhos telefônicos;

12 — A atuação junto ao Governo do Estado no sentido de que o COMBATE À EROSÃO deixe de ser instrumento de politicagem e um engodo de péssimas conseqüências. Esse problema é tão grave, que entendo deva a AMP criar um conselho especial para atuar paralelamente e ativamente junto ao Governo do Estado do Paraná, na realização efetiva, criteriosa e com emergência dos programas de Combate à Erosão.

13 — O Paraná é um Estado ameaçado pela desseguença

em que vive. Talvez a AMP possa criar os Conselhos Municipais de Segurança, adequando à lei no objetivo de transferir as responsabilidades de segurança pública aos municípios e, por conseguinte, transferir também as dotações orçamentárias destinadas à Secretaria de Segurança para tal fim, aos municípios;

14 — Revisão na Resolução número 62/75 do Senado Federal. A medida senatorial é conveniente, mas não deixa de manietar os municípios em seus programas de endividamento. É fundamental criar flexibilidade para que os municípios possam se desenvolver de maneira bem mais efetiva e racional com recursos contraídos junto aos órgãos de crédito existentes;

15 — Deve merecer prioridade de luta a adequação de tráfego na grande magalópolis brasileira, ou seja, a implantação da super-estrada ou gigantesca avenida entre Maringá-Londrina, que reúne em seu eixo de 120 quilômetros, vinte populosos centros urbanos independentes;

16 — As gestões junto ao MEC e Governo do Paraná para a implantação da Universidade do Oeste na exuberante cidade de Cascavel deve se constituir em ponto essencial, bem como, a criação e instalação das Faculdades de Medicina de Maringá e de Administração de Empresas Rurais para a região do extremo-noroeste a localizar-se no eixo: Nova Londrina-Loanda-Santa Isabel e Ivaí;

17 — A adoção de critérios menos teóricos e bem mais realistas e efetivos por parte do PLANASA para com os municípios paranaenses, que se arrastam no setor de água e esgoto;

18 — O turismo paranaense não pode merecer apenas o interesse dos Prefeitos de alguns municípios, deve se constituir em matéria prioritária na Associação dos Municípios do Paraná. Acredito que a Associação deve elaborar avançado projeto e exigir do Governo maior estruturação de obras e filosofia que realize os objetivos colimados, principalmente no tocante ao aprimoramento num estado que alcança níveis extraordinários de produção e produtividade deve merecer também uma preocupação da AMP, ou seja, atuar no comportamento governamental no intuito de carrear recursos para a implantação de um sistema funcional de navegação fluvial, como nova opção de transporte que reduzirá expressivamente o custo produção em razão de escoamento barato;

19 — A voz sábia e poderosa que deve amparar a nossa agricultura e os agricultores paranaenses no alcance de níveis maiores de produção e, no posicionamento de "status" social bem mais primoroso para o homem do campo, deve partir do municipalismo. Daí, a absoluta necessidade da AMP atuar de forma desassombrada junto ao Governo Federal em busca de novos caminhos no alcance de medidas estimuladoras, atualmente estraçalhadas pelos preços injustos, corte de subsídios para fertilizantes, burocracia irritante nos órgãos oficiais, de crédito, retração de crédito, impostos excessivos etc.;

20 — Exigir dos Governos Estadual e Federal, recursos para que os municípios possam restabelecer uma filosofia de trabalho no setor do meio ambiente. Já vai longe o tempo em que já deveríamos ter iniciado os serviços de recuperação e preservação do nosso ambiente, inclusive de forma doutrinária, pois o desequilíbrio ecológico é alarmante;

21 — O que foi feito da Carta de Foz do Iguaçu, se ela é considerada uma verdadeira cartilha municipalista, elaborada no 1º Congresso de Prefeitos do Paraná, realizado de 20 a 23 de agosto de 1975, na cidade de Foz do Iguaçu; acredito que deva ser ressuscitada pela atual Direção da AMP para que sirva como estatuto de luta permanente da Associação dos Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO"

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, requer a inclusão do item abaixo no bojo das sugestões que fazemos à Associação dos Municípios do Paraná.

22 — A elaboração de planos pelos Senhores Prefeitos e Professores Municipais no sentido de adotar medidas junto ao Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura que estabeleçam nova filosofia didática e financeira para o Ensino de 1º grau.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO"

Espero, Sr. Presidente, que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho aceite esta emenda.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero deixar meu protesto contra a questão de instalação de um entreposto em Maringá, acho que Cascavel merece mais, porque representamos o Oeste do Paraná, com 50 por cento da produção. Seria até uma discrepância instalar-se esse entreposto em outro local.

No mais, V. Exa. está de parabéns porque oferece ao Governo do Estado um projeto ideal.

Congratulo-me com o fortalecimento que se quer dar ao Município, que é a base fundamental de uma Nação poderosa, política e economicamente.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento neste aparte bastante oportuno.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — É evidente que se nós sugerirmos Maringá, é apenas a sugestão, tão somente. Isso será motivação de debate entre os nossos Prefeitos e, eu creio, que a representação do Oeste haverá de propor um debate realmente superior. E, se assim for o desejo do Governo Federal, Cascavel poderá ter este Centro de Instituto Nacional do Trigo. O aparte para o Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Muito obrigado, nobre Deputado.

Já vai longe a matéria pela qual eu pretendia apartear, mas ainda é oportuno.

Com relação à eleição da Associação dos Municípios do Paraná, só um pequeno reparo. Naturalmente V. Exa. não teve oportunidade, como nós, de aparecer no momento da eleição da Mesa Diretora e do Conselho Deliberativo da Associação dos Municípios do Paraná.

O MDB estava presente e eu me lembro bem, o Prefeito que é representante da região, cujo Presidente é o Prefeito de Arapongas, e, se não me falha a memória, o Prefeito de Sertãoópolis do MDB, compareceu e até mesmo por solicitação de todo o pessoal da ARENA e, mais especialmente do candidato a Presidente, dos quatro candidatos à Presidência mais especialmente, João Paulino.

Para gáudio seu, que é político de sua área, foi um dos que mais defendeu uma posição para o MDB.

Justamente para que não fosse caracterizado que a entidade era uma entidade partidária, não, era uma entidade municipalista. E então, foi convidado pelo Prefeito de Sertãoópolis, para que fosse membro, e, isto trouxe a fórmula mais condizente com a posição de fiscalização de Partido para Partido.

E ele foi indicado para membro efetivo do Conselho Fiscal. O Prefeito aceitou inclusive a posição e "a priori", — já combinado com os outros dois Prefeitos que formavam os membros efetivos do Conselho Fiscal — estabeleceram que ele seria o Presidente do Conselho e, no momento da votação, para surpresa de todos, inclusive minha, que conversei com o Prefeito, — se bem que nada tinha a ver com o problema da eleição, mas acompanhei de perto — renunciou à posição.

E, após a sua renúncia, o primeiro Prefeito que insistiu para que reconsiderasse, foi o Prefeito de Paulo Frontin. Outros

Prefeitos também insistiram, como o de Palmítal, por exemplo. Vários Prefeitos inclusive se levantaram da Mesa, juntamente com o Prefeito de Sertãoópolis, para convencê-lo a continuar participando da chapa, justamente para evitar comentários que pudessem suscitar dúvidas desta natureza, como V. Exa. está levantando. E depois, eu mesmo conversei com o Prefeito de Sertãoópolis e este voltou a participar da mesa e da eleição, mas não quis mais ser candidato. Só uma informação que eu queria dar a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte do Deputado Quielse Crisóstomo. Mas, realmente, devo reconhecer que a Associação dos Municípios do Paraná já entendeu, na essência, o objetivo de nosso pronunciamento anterior. E, é por isto, que hoje estou aqui convidando os nossos companheiros para aprová-los, por unanimidade, a confiança na atuação da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Paraná. Porque esta discriminação já foi feita em outros escalões dos órgãos municipalistas. E a Associação realmente está compreendendo o perigo disto tudo, o quanto será deletério para o Município paranaense e, principalmente, eu acho que a nova Diretoria da Associação, não vai permitir que S. Exa., o Sr. Governador, possa estabelecer espécie, por mínima que seja, de discriminação, de alijamento dos municípios governados por Prefeitos do MDB.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Valter Pietrângelo, eu quebrarei a unanimidade desta votação. Não votarei a favor do requerimento do Deputado Gilberto Carvalho porque, para mim, a falência da Associação dos Municípios do Paraná, ocorreu em 1970, se não me falha a memória, exatamente, quando era presidida, substituindo o então Prefeito Nivaldo Krüger, pelo atual Deputado Domício Scaramella. Foi naquela oportunidade que faleceu a Associação dos Municípios do Paraná e eu falo com conhecimento de causa porque fui membro do seu conselho, posteriormente e tive a honra, também, de vir a ser Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Municípios que, também, faleceu naquela época. E, faleceu, exatamente, pelas interferências que até hoje continuam. Lembro-me que Secretários de Estado saíram à cata de Prefeitos para evitar que uma chapa composta por Prefeitos, viesse a ser eleita, naquela oportunidade.

Lembro que no Governo de Haroldo Leon Peres, um homem da ARENA, conhecido de V. Exas., e muitas vezes aqui presente, que resolveu ser candidato à Presidência da Associação dos Municípios. E, o Prefeito de Assis Chateaubriand, Miguel Alvaresa, sofreu as maiores pressões do então Governador imposto, Haroldo Leon Peres. Participei, inclusive, das negociações em relação a isso. Foi aí que eu vi que não existe mais Associação dos Municípios do Paraná, como de resto não existem outros tipos de associação, porque não existe associação onde o poder é centralizado, onde um Governador imposto, não eleito pelo povo, diz a uma revista como a REVISTA VEJA, que os Prefeitos do MDB, ele dará o mesmo tratamento que dava aos antigos Prefeitos desse Partido, do nosso Partido, muitos dos quais nem os conhecia e nas cidades cujos Prefeitos são do MDB, ele, muitas vezes, não visitava, sequer, as Prefeituras. Num País, no sistema centralizado de poder, onde nem os Estados têm autonomia, muito menos os municípios, não há razão para que os gerentes se reúnam para dizer amém ao que os gerentes maiores, os chamados governadores impõem.

Por isso não voto, porque não existe Associação dos Municípios do Paraná. Existe um conglomerado de Prefeitos não para reivindicarem em nome dos Municípios mas, para dizerem amém aos govenantes.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte do Deputado Deni Schwartz e, realmente, é triste mas é ver-

dade e, nós já anteriormente, falávamos sobre este assunto — o órgão representativo que realmente deve se constituir numa forma imbatível pois traz a vivência, a experiência, o amor dos Prefeitos pelas suas comunidades, pela estrutura da Nação, se transformou num órgão, realmente, eleitoreiro e desvirtuado.

Sr. Presidente, era apenas isso que tinha a dizer e reafirmar o meu apelo ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho para que permita que sejam incorporadas ao seu requerimento estas sugestões e, até apelo, à Associação dos Municípios do Paraná que, se atuar de forma justa e moral, ela haverá de trazer benefícios aos nossos Municípios.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, com a palavra o autor do requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade de assistir a eleição, ontem, da Associação dos Municípios do Paraná, quando ouvimos o discurso do Presidente eleito, Presidente João Paulino Vieira Filho, prometendo administrar e dirigir aquela Associação com independência, com prestígio aos Prefeitos, procurando organizar comissões e visitar cada micro-região para que os Prefeitos, num trabalho conjunto pudessem ser mais aliviados de convênios. Chegou a mencionar exigências de constituição de foros onde os Prefeitos teriam de arcar com toda a despesa, o que vinha onerando em muito os seus municípios.

Não foi, como bem frisou o Deputado Quielse Crisóstomo alegando ao MDB as nossas disputas. A eleição da Associação constitui a sua Assembléia Geral pela indicação de dois Srs. Prefeitos de cada micro-região. Cada micro-região faz a sua reunião e indica dois representantes.

Ontem naquela reunião, encontrava-se um representante da micro-região do médio Paranapanema, dois representantes, o Prefeito de Astorga e Arapongas e o Prefeito de Sertãoópolis, que é do MDB. E, por sinal, o único que lá se encontrava. Quando se elaborava a chapa, foi estudada uma solução ao Prefeito de Sertãoópolis que seria membro efetivo do Conselho Fiscal, já acertado com outros dois componentes. E que o Prefeito de Sertãoópolis seria o Presidente do Conselho Fiscal. Para surpresa nossa o Prefeito de Sertãoópolis, não aceitou disputar o cargo, alegando que a região do médio Paranapanema deveria ser contemplado com uma posição melhor. Não obstante, a justificativa do Sr. Presidente de que o Norte do Paraná já estava contemplado com a Presidência, com a Vice-Presidência do Conselho Deliberativo, que é Prefeito de Ivaiporã, e que deveria dar atendimento também a todas as outras regiões, o Oeste e o Sudoeste, o Norte Pioneiro, e contempladas todas as regiões. Na hora da votação foi surpresa para nós, esta desistência espontânea do Prefeito, embora com os apelos dos Prefeitos lá presentes, ele não aceitou e foi preciso fazer a substituição. Quando a emenda que propõe o eminente Deputado Valter Pietrângelo, falamos agora em administrar com independência aquela Associação e até me surpreendeu, não cabia à Assembléia ditar normas à Associação dos Municípios do Paraná.

Todas as reivindicações, justas porque não fizemos daqui e vamos ditar normas, então, à Associação dos Municípios do Paraná. Falou-se no Presidente Nivaldo Krüger com o qual eu participei na Associação como membro do Conselho, mas teve também outros Presidentes e com muita luta o 1º Presidente, Álvaro Anibal, Domício Scaramella, que tão bem dirigiu aquela Associação. Depois, Nivaldo Krüger, o Prefeito Ciro Martins, de Ponta Grossa, e agora o Prefeito Pinto Dias, dentro das suas possibilidades, sempre evitando fazer despesas. E lembro que o Sr. Domício Scaramella, algumas vezes falava nas viagens que fazia às suas próprias expensas para não morrer a Associação dos

Municípios e, assim, todos os Prefeitos. Existem naquela Associação dois funcionários. Esta Associação hoje conta com a sua sede própria. A Associação fez um movimento na época em que obrigava a pagar as Prefeituras a liquidação com o INPS. Que não tinham condições as Prefeituras. Foi feita uma luta tremenda pela Associação para que houvesse o parcelamento no ICM, embora não tivéssemos alcançado êxito porque nós conhecemos bem a situação do ICM.

Quando assumi a Prefeitura, ainda estava em vigência o imposto de consignação. Depois, com o grande estadista Castelo Branco, nós recebemos a oportunidade de melhor administrar os municípios com a arrecadação e o pagamento do ICM sendo feito direto pelas agências de renda de cada município. Veio depois a criação do Fundão, modificando a sistemática do ICM, para a qual nós lutamos para que continuasse no sistema de pagamento direto às Prefeituras. Mas houve trabalho da Associação. E tenho certeza, que havendo um entendimento como já disse numa outra oportunidade, pois é uma Associação dos Municípios que não tem cor partidária, onde os Prefeitos devem estar unidos para lutar e reivindicar, são justas as reivindicações àquilo que se propõe o Deputado Valter Pietrângelo. Mas quanto a isto a Associação está propensa a lutar para dar melhor apoio e mais ajuda aos Prefeitos e com esta independência com que, eu tenho certeza, a Direção da Associação vai iniciar os seus trabalhos, haverá de alcançar melhores dias, coroados de êxito, que muitos já alcançaram e não reconhecidos pela Associação dos Municípios do Paraná.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. me permite um aparte?  
O SR. GILBERTO CARVALHO — Já concedo o aparte a V. Exa.

Não há interferência de indicação. Eu tinha um candidato lançado à Presidência da Associação dos Municípios, da nossa região do Vale do Ivaí, que era o Prefeito de Ivaiporã. Surgiu depois o que era então Prefeito de Paranavai. Tinha o Prefeito de Araucária. E, num entendimento entre os Prefeitos, se coordenou para que saísse um único candidato que foi eleito por aclamação, o Prefeito João Paulino. Portanto, o Governo tem procurado dar atendimento e aceitar também ajuda da Associação dos Municípios do Paraná, mas sem interferências do Poder Executivo.

Concedo o aparte agora ao Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Deputado Gilberto Carvalho, eu estou disposto a dar esse voto de congratulações à Associação. Eu entendo é que com a minha matéria eu não estou invadindo terreno de ninguém. Acho que estou mostrando aqui exatamente a profunda...

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. está ditando normas que a Associação deve seguir.

O Sr. Valter Pietrângelo — Mas que normas? Está aqui o item, como sugestão e apelo, eu proponho. Bem como, prosseguindo no nosso requerimento, bem como transmitir à Associação dos Municípios do Paraná, em forma de apelo e sugestão os itens que eu elaborei. Existem tantas e tantas medidas de ordem política e administrativa. Eu procurei relacionar aquelas, Deputado, que requerem interferência dos três Governos e que eu, particularmente considero de alta necessidade, prioritíssima na atuação de uma Entidade de princípios tão nobres, como a Associação dos Municípios do Paraná.

Não estou ditando normas a ninguém. Estou sugerindo, como nós já propusemos requerimentos aqui sugerindo ao Governo do Estado, sugerindo ao Presidente da República. Quer dizer que sugerir, agora, apelar é ditar normas ao Governo Federal, Estadual?

Eu lamento profundamente ter que votar contra o seu requerimento por não aceitar a nossa emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas, Sr. Presidente, nós tivemos a oportunidade...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento). — Não tive, infelizmente, Deputado, o prazer de ouvir a redação inicial do requerimento de autoria de V. Exa. Ouvi, entretanto, as palavras do nobre Deputado Valter Pietrângelo. Concordo integralmente com alguns dos itens formulados por este ilustre Parlamentar.

Como é do conhecimento de V. Exa., ex-Prefeito Municipal e Deputado que tem dado atenção aos seus Prefeitos Municipais, há, neste Brasil um excessivo centralismo do Governo Federal, o que leva, muitas vezes, ao empobrecimento de municípios, especialmente aqueles com menor arrecadação e com menor orçamento.

Conheço por outro lado, também, as medidas do Governo Estadual, a fim de solucionar alguns problemas. Esta Casa não desconhece, os planos de lei, que há, para que se reforme a sistemática de distribuição de rendas aos municípios. Concordaria integralmente com o Deputado Valter Pietrângelo, quando ele diz que uma das lutas, talvez, a maior delas, da Associação Paranaense dos Municípios, seria a construção da ferrovia, ligando Guarapuava a Cascavel e a Foz do Iguaçu, não só, pela excessiva concentração que se dá naquela região, em função de construções de obras como Itaipu, mas, sobretudo, porque o Oeste e o Sudoeste do Paraná, que seriam servidos por aquela ferrovia, contribuem, em muito, para que o Brasil, possa alcançar o nosso tão sonhado equilíbrio na balança de pagamentos.

Entendo, como entende o nobre Deputado Valter Pietrângelo, que é preciso que todas as forças vivas do Paraná, se unam em torno de legítimas aspirações deste Estado, como por exemplo, a federalização das três escolas de nível superior do nosso Estado; a criação da Universidade do Oeste, proclamada em tão boa hora, pelo Deputado Fidelcino Tolentino, e eu me permito a afirmar também, com um modesto auxílio deste Deputado. Algumas das medidas propostas pelo Deputado Valter Pietrângelo, não são medidas que devam divergir ou fazer divergências entre os homens, que em partidos diferentes, lutam pelo engrandecimento do nosso Estado.

O que entretanto vejo, como contradição flagrante, nas palavras do eminente Deputado Valter Pietrângelo, é que ele solicita que a Associação lute, sem partidatismo, sem faccionismo político, que ele mesmo, no teor de suas palavras, no teor do seu adendo, ele procura, ser faccioso, e trazer para nós homens da ARENA, referências aos políticos do nosso Partido, que nós não podemos aceitar. É por isso, por ver a contradição flagrante, das palavras do Deputado, que solicita que a Associação não use de critério político, mas que faz um requerimento de caráter nitidamente partidário, é que eu declaro, neste instante, o meu voto a favor do seu requerimento, e contrário ao requerimento do adendo do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte que V.

Exa. me oferece, dizendo, que com muitos dos itens ali mencionados, eu estou de pleno acordo, mas, pude notar, o que V. Exa. também notou, que a emenda tem caráter nitidamente partidário.

Podemos verificar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a prestação de contas feita ontem pela Associação dos Municípios; verificamos, que foi feita com seriedade. Até um dos Prefeitos, levantou uma questão na prestação de contas com referência à cobrança.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Queria que V. Exa. esclarecesse onde é que está a matéria eminentemente partidária ali, nas emendas propostas.

Isso é privilégio ou é pecado do MDB? ou deve ser uma luta de todos.

Construir ferrovias, aprimorar o ensino, buscar caminhos de interesse aos municípios, o Sr. é contra?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Em absoluto.



**O Sr. Valter Pietrângelo** — Quanto já se propôs nesta Assembléia requerimentos simples, para instalar isso, aquilo em Maringá, em Jandaia do Sul, em Cascavel, aprovado por unanimidade? É uma sugestão, para que se ative o debate, o interesse da Associação dos Municípios do Paraná, é um apelo que faço.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Exa. me permite mais um aparte? (Assentimento).

Apenas para esclarecer ao nobre Deputado Valter Pietrângelo de que não tenho tido interferência alguma de uma filiação qualquer em Associação de Municípios, seja na minha região, onde possuo, no Sudoeste do Paraná, o maior número de Prefeitos, companheiros meus, ou na Associação Paranaense dos Municípios. Entendo que as associações devem prestar serviços à coletividade dos municípios paranaenses. O que eu vejo, entretanto, no objetivo do requerimento de V. Exa. é o seguinte: V. Exa. quer que a Associação se manifeste sem partidatismo, ou estou enganado?

Acredito que o intuito do seu requerimento é correto. Entretanto na justificativa que V. Exa. apresenta, V. Exa. faz referências poucos elogiosas à atuação de homens da ARENA. Se V. Exa. tivesse considerado as reivindicações que apresentou, de outra forma e noutra linguagem, estaria aqui para declarar o meu voto a favor do seu requerimento. Como V. Exa. entretanto colocou com paixão partidária as reivindicações que não são somente de V. Exa. mas de todos os homens de bem de todos os partidos, votarei contra o requerimento de V. Exa.

**O Sr. Valter Pietrângelo** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É por isso que não vai merecer o meu voto.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Peço aos companheiros que não haja apartes paralelos, porque não poderei concluir meu raciocínio com relação à prestação de Contas do Sr. Prefeito Benedito Pinto Dias. Um Prefeito estranhou na sua prestação de contas, uma grande coisa, que é a cobrança, pois gastou 70 mil cruzeiros em dois anos, para a cobranças. Ele procurou fazer de todas as formas mas não teve outro recurso senão pagar os 70 mil. Fez tomada de preços e a mais barata que encontrou em dois anos foi a deste funcionário que correu o Paraná todo e essas despesas foram feitas por conta própria do cobrador.

Mas já encontramos antes uma solução e já houve alguns membros do Conselho num prestigamento às micro-regiões para que elas recebam esta participação da Associação dos Municípios do Paraná.

Sr. Presidente, creio confiar nesta Associação, nesta Direção juntamente com todos seus membros. Tenho certeza que haverá de administrar com seriedade.

Certo de que as congratulações da Assembléia já foram obtidas por esta eleição de ontem e por este motivo, Sr. Presidente, não posso recusar a emenda apresentada pelo Deputado Valter Pietrângelo; disse que concordo com as orientações daqueles que se propõem à Federalização das Universidades de Maringá, Ponta Grossa, Londrina, em todos os atos, com exceção daquele que tem caráter notadamente partidário. E por este motivo, nos termos do Regimento, já que não alcançam seus objetivos, retiro o requerimento que apresentei.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Havendo o autor do requerimento solicitado a sua retirada automaticamente fica prejudicada a emenda do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 132/76.

Levanta-se a sessão.

**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 97/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

Art. 1º — As despesas com combustíveis e lubrificantes da Assembléia Legislativa far-se-ão com o estabelecimento de quotas mensais a cada setor, as quais ficam determinadas, em litros, da seguinte maneira:

a — Presidência . . . . .	2.000	
b — 1ª Secretaria . . . . .	2.300	
c — 2ª Secretaria . . . . .	1.500	
d — 1ª Vice-Presidência . . . . .	500	
e — 2ª Vice-Presidência . . . . .	500	
f — 3ª Secretaria . . . . .	500	
g — 4ª Secretaria . . . . .	500	
h — Liderança da ARENA . . . . .	500	
i — Liderança do Governo . . . . .	500	
j — Liderança do MDB . . . . .	500	
k — Diretoria Geral . . . . .	400	
l — Departamento Administrativo . . . . .	500	
m — Departamento de Divulgação . . . . .	250	
n — Departamento de Finanças . . . . .	250	
o — Departamento Legislativo . . . . .	250	
p — Assistência Social . . . . .	700	
q — Serviço de Oficina e Manutenção. . . . .	350	12.000

Art. 2º — O Primeiro Secretário autorizará adiantamento ao Departamento de Finanças, para atender as despesas previstas no Art. 1º.

§ 1º — O Diretor Financeiro repassará o montante a cada setor, mediante recibo do funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Casa que ficará encarregado do controle, indicando pelo titular dos Gabinetes ou Diretorias.

§ 2º — O montante de cada cota se fará ao preço do litro de gasolina comum, ficando autorizado o "suprimento" proporcional, desde que haja aumento.

§ 3º — O gasto com óleo lubrificante será deduzido da quota de cada setor, em termos de numerário.

Art. 3º — A nota fiscal deverá contar:

- a — data;
- b — Assembléia Legislativa
- c — placa do veículo;
- d — número de litros e o valor da despesa.

Parágrafo único — Só valerão as primeiras vias das notas fiscais de postos de gasolina situados na região Metropolitana, para efeito de despesas previstas no presente Decreto Legislativo.

Art. 4º — Para que haja liberada a cota mensal, dever-se-á prestar contas da anterior, devolvendo-se o saldo não utilizado.

Parágrafo único — A Comissão Executiva, poderá redistribuir o saldo não utilizado desde que haja viabilidade.

Art. 5º — A prestação de contas dos funcionários encarregados, será feita através de relação escrita das notas fiscais, a qual deverá ser assinada e visada pelo Titular de Gabinete ou Diretor.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 98/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

retorno de todos os funcionários adidos à Secretaria desta Assembléia, para suas repartições de origem, até 1º de abril de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**PORTARIAS:**



## PORTARIA NÚMERO 99/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

designar, EROS RUPPEL ABDALA, matrícula número 116, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para assessorar o Diretor do Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 100/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

autorizar os funcionários contratados abaixo relacionados, a prestarem serviços extraordinários num total de oitenta (80) horas, no período de 01 a 31 de março de 1977:

ALZIRO SANTIN  
DIRCEU DA SILVA  
ELI MOCELIN CECCON  
HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO  
RENATO MÁRIO MIGUEL  
WILFRIED KOESTER.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 101/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1402, de 11 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder a MARIA LÍDIA RATZK, matrícula número 539, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 16 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 102/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1334, de 09 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

revogar a Portaria número 20/77, de 20 de janeiro de 1977, na parte a que se refere a HILÁRIO BELLO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 103/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1215, de 08 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder a JOSINA PEREIRA JANJÃO, matrícula número 157, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo,

do Grupo Ocupacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 09 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 104/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1368, de 10 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder a MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula número 158, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 105/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1479, de 14 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar RONALDO BAPTISTA, matrícula número 430, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para prestar serviços no Gabinete de Assistência Técnica.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 106/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1182, de 07 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar, VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula número 228, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviço junto à Liderança do Governo e ARENA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 107/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1463, de 14 de março de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

retificar a Portaria número 10/77, de 11 de janeiro de 1977, para declarar que a designação de RIZIO WACHOWICZ, ora à disposição deste Poder, é de 30 de janeiro de 1977 e não como consta na referida Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 108/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1313, de 08 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula número 055, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 15 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 109/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 982, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária RUTH DA SILVA LOPES, matrícula número 226, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturária, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 110/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1503, de 15 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, matrícula número 138, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 15 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**ATA DAS COMISSÕES:**

**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

Às dezessete horas do dia quatro de maio de um mil novecentos e setenta e seis, presente na Sala das Comissões o Senhor Ezequias Losso, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, deixa de abrir os trabalhos da reunião, em virtude da inexistência de número legal, transferindo a reunião para o próximo dia seis, após a reunião plenária. Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinado.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Myrthes Magda Gomes — Secretária

**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

Às dezessete horas do dia dez de agosto de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, o Senhor Ezequias Losso, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, deixa de abrir os trabalhos

da reunião em face da inexistência de "quorum", transferindo a reunião para amanhã, dia onze, após a sessão plenária. Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinado.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Myrthes Magda Gomes — Secretária

**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

Às dezessete horas e trinta minutos do dia trinta e um de agosto de 1976, reúne-se na sala das Comissões os Senhores Deputados: Ezequias Losso, Enéas Faria e Valter Pietrângelo, membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. São aprovadas as atas, respectivamente, de onze de agosto e da reunião especial em que proferiu palestra o Senhor Engenheiro Jurimar Cavichiolo. O Senhor Presidente reporta-se à palestra do Engenheiro Jurimar Cavichiolo, Superintendente da Administração dos Recursos Hídricos, congratulando-se com o mesmo pela oportunidade de suas considerações. Em seguida, aborda problema ligado à Cidade Industrial de Curitiba, relativamente às implicações que trará quanto à poluição, dizendo da necessidade de ser convidado um técnico para vir fazer uma explanação, a fim de serem adotadas recomendações quanto ao assunto. Concede, em seguida, a palavra ao Deputado Enéas Faria, que, inicialmente apresenta sugestão no sentido de serem enviados ofícios às Assembléias Legislativas de todos os Estados brasileiros, a fim de serem solicitadas, a título de informação, legislação e medidas relativas à ecologia e meio ambiente, por ventura existentes. Solicita, também, que seja remetido ofício ao Senhor Wladimir Belinati, Vereador à Câmara do município de Londrina e Presidente da Comissão Organizadora de Simpósio de Ecologia e Meio Ambiente, solicitando que sejam remetidas à esta Comissão as conclusões a que chegaram. Solicita, ainda, seja feita indagação à Prefeitura Municipal de Curitiba, a respeito do Parque Iguaçu, relativamente à implantação da bacia de oxigenação. O Senhor Presidente solicita que o Deputado formule seu pedido através de requerimento. O Deputado Enéas Faria, ainda com a palavra, aduz considerações em torno do represamento feito no rio Passaúna, que modificou o leito do mesmo, trazendo possíveis consequências e ordem econômico-social e transformação agressiva do meio ambiente, reclamando da presente Comissão uma atitude diante do problema suscitado. A esta altura dos trabalhos é convidado a depor o Senhor Souza Lobo, industrial que explora o ramo do vime. O Senhor Souza Lobo, com a palavra, presta informações acerca da modificação do leito do rio Passaúna, ensejada por obras realizadas por firma proprietária de pedreiras, e conseqüente modificação da várzea, onde é feito o plantio do vime. Afirma, após várias considerações, que, face à redução do terreno apropriado, as indústrias do vime implantadas na região terão como conseqüência a quebra de produção, gerando, além de outros, problemas de ordem econômica e social, haja vista que esse tipo de indústria ocupa mão-de-obra especializada. O Senhor Presidente agradece ao Senhor Souza Lobo pelo seu comparecimento perante esta Comissão. Fica decidido que esta Comissão procederá à uma visita às terras ribeirinhas do rio Passaúna, para serem verificadas "in loco" as possíveis irregularidades, aqui denunciadas. Fica deliberado ainda, que para a sobredita visita seriam convidadas, através de ofício, a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Administração de Recursos Hídricos, para que se façam representar, respectivamente, através de técnicos. O Deputado Valter Pietrângelo, com a palavra, sugere que sejam comunicados também os produtores de vime da região, sobre a data da visita. O Senhor Presidente, antes de encerrar os trabalhos da presente reunião, comunica que, o Senhor Paulo Nogueira Neto, atendendo a solicitação desta Comissão, proferirá palestra em data de nove de setembro próximo, às dezesseis horas, nesta Casa. Em seguida, designa outra reunião para a próxima terça-feira, dia 14, após a sessão plenária. Para constar, lavro a presente ata, que após aprovada será pelo Senhor Presidente e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Myrthes Magda Gomes — Secretária